Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 28 de fevereiro de 2019

Ata N.º 15

No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e quarenta e quatro minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS – Retificação da Proposta DEIS 01_24-18 - Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo;

PONTO TRÊS – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Luis Manuel Paciência Pato;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;

- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Tânia Sofia Barroso Ramos;
- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;

- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro;
- Sr. Vereador José Calado Gertrudes.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão de 24.01.2019, tendo a falta sido considerada justificada.
- **Sr. Joaquim Pereira Pires da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.
- **Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho do PS,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Pedro Miguel Paula Biu** que se encontrava presente.
- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU,** justificou ausência à sessão por motivos de saúde, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Luis Manuel Paciência Pato** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Srs. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU, Luis Manuel Paciência Pato da CDU e Pedro Miguel Paula Biu do PS** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Período Intervenção dos Munícipes

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Damos de imediato início à nossa sessão.

Pergunto às Sras. e aos Srs. munícipes, eventualmente, não estou a ver nenhum, mas pergunto se há alguém que queira fazer uma intervenção no período dedicado ao público?"

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Período de Antes da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Neste período de antes da ordem do dia passo à ordem das moções e outros assuntos a que introduzidos e depois já passo a palavra, então, às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia.

Nós temos seguindo a ordem de entrada, entregue pelos serviços, temos em primeiro lugar uma Moção da CDU sobre o "Dia Internacional da Mulher", temos uma Proposta do PSD/CDS sobre a "Prevenção e Combate à Violência Doméstica", temos também uma Moção do Bloco de Esquerda sobre o mesmo tema,

mas é o quarto documento entrado, e temos um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Horácio Simões, também apresentado pelo PSD/CDS.

Vou dar a palavra à CDU para apresentação da sua moção sobre o "Dia Internacional da Mulher" e depois passamos ao tema da "Violência Doméstica" sugerindo então que deixássemos para o final Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Horácio Simões.

Dou a palavra à bancada da CDU, quem vai usar da palavra? A Sra. Membro da Assembleia Maria João Camolas."

Moção CDU "Dia Internacional da Mulher"

Tomou a palavra a **Sra. Maria João Camolas** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção.

Quem deseja intervir?

Tem a palavra o Partido Socialista, Sra. Membro da Assembleia Patrícia Caixinha."

A **Sra. Patrícia Caixinha do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, na sua pessoa permita-me cumprimentar a restante Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caras e caros Membros da Assembleia, público em geral, comunicação social e os respetivos funcionários e funcionárias da Câmara.

Relativamente a esta Moção, já é do conhecimento que é um tema sensível ao Partido Socialista, quanto aos aspetos que constam desta Moção que retrata aspetos da esfera dos direitos humanos e em particular das mulheres, e como já referi que é um tema bastante sensível ao Partido Socialista, da nossa parte iremos votar favoravelmente esta Moção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Não havendo, votamos?"

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Agora gostava de dar a palavra à Bancada do PSD/CDS para apresentação da sua deliberação, é a formulação que usam, mas faço um apelo, porque o texto é muito grande, para que a leitura não seja demasiado longa."

Deliberação PPD/PSD.CDS-PP "Prevenção e Combate à Violência Doméstica"

Tomou a palavra o **Sr. Colin Marques** para apresentar a Deliberação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Deliberação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:57 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Srs. Membros da Coligação Palmela Mais, qual é a figura que vão optar por utilizar nesta vossa proposta, chamo-lhe eu, porque no caso concreto, nós temos duas alíneas possíveis com figuras que se poderiam aplicar a este ponto.

Neste caso, eu acho que seriam as alíneas c) e d), eu acho que em concreto, estamos perante uma figura das que está elencada na alínea c) e passo a ler:

c) Apresentar, preferencialmente por escrito, propostas, recomendações, pareceres, moções e requerimentos;

ou

d) Apresentar, preferencialmente por escrito, moções de censura ou votos de louvor, congratulação, protesto ou pesar, respeitantes a acontecimentos relevantes e ações ou omissões dos órgãos ou agentes da Administração Local.

Eu acho que não podemos chamar-lhe deliberação, o que é que sugerem proposta, recomendação?

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Sugerimos proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, temos em cima da mesa a Proposta do PSD/CDS sobre "Prevenção e Combate à Violência Doméstica" que acabou de ser apresentada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, sobre esta Proposta?

Tem a palavra o Partido Socialista."

A **Sra. Ana Elísia Monteiro do PS:**

"Boa noite.

Cumprimentar na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia os restantes presentes.

Em relação a esta agora denominada Proposta, o que apraz dizer ao Partido Socialista é que, efetivamente, já existem muitas ferramentas, muita legislação criada, muita matéria de estudo sobre esta temática. É uma

temática como a primeira apresentada que é em tudo sensível para o Partido Socialista e, com certeza, acompanhamos as preocupações a nível nacional.

É também de admirar, e causa estranheza certamente a todos nós, que, realmente, os números em relação ao crescente número de pessoas que se identificam com violência no namoro, que é ainda assustador e é cada vez mais banalizado ainda que exista essas ferramentas, ainda que existam esses programas que estão a ser implementados por escolas por todo o Portugal, a verdade é que, de alguma forma, eles estão a falhar e que, se calhar, é preciso continuar a educar e a fazer mais.

No que fala aqui nas propostas apresentadas, uma das questões que conseguimos ver aqui, que é talvez uma duplicação daquilo que já é feito, é a sugestão da criação de um Gabinete de Apoio à Vítima num espaço da Câmara Municipal. Esta situação já é salvaguardada pelo CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens através da APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e permite a qualquer mulher no concelho recorrer a este tipo de apoio e a este tipo de serviço.

Em relação, também, a este programa de combate à violência no namoro direcionado para jovens também já há um programa que é implementado nas escolas que é "namorar com fair-play", através do IPDJ – Instituto Português do Desporto e Juventude poderemos, claro está, recorrer a essa ferramenta e implementar nas escolas também do nosso concelho.

Não deixar de dizer que é realmente importante continuar a falar sobre esta temática ainda que seja uma temática sensível e a tentar chegarmos todos a propostas que realmente consigam de alguma forma lutar contra este flagelo.

Dizer, também, que da parte do Partido Socialista não poderíamos deixar de fazer uma ressalva pela atitude da Ministra Mariana Silva de propor, então, que seja decretado o dia de luto nacional pelas últimas vítimas de violência doméstica e que para nós tem extrema importância uma vez que vai assinalar e vai conseguir relembrar todas as pessoas que já perderam a vida por esta situação.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada. Sra. Membro da Assembleia Ana Elísia.

Outras intervenções?

Dou a palavra à Bancada da CDU, Sra. Membro da Assembleia Cristina Moura."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite a todos os presentes.

Relativamente a esta proposta a bancada da CDU reitera a temática que foi também abordada pelo PS, somos também sensíveis estas questões e, infelizmente, é um flagelo que está cada vez mais presente nos nossos dias em vez de diminuir e desaparecer por muito mais campanhas que sejam feitas, mas a tendência esperamos que seja essa.

Dizer, também, que muitas vezes as vítimas de violência doméstica, seja ela qual for em que faixas etárias sejam, os perpetradores dessa própria violência muitas vezes são pessoas o mais próximo possíveis da vítima, são os companheiros, são os pais, são os filhos no caso dos idosos, sejam eles homens, crianças ou mulheres e é de lamentar.

Relativamente a esta proposta aquilo que consideramos é que, realmente, em relação ao ponto dois somos também de opinião que já existem mecanismos criados e que seria uma certa redundância esta proposta de criação de um Gabinete de Apoio à Vítima, tendo em conta todos os mecanismos que já existem e que estão a funcionar bem.

Relativamente ao ponto um, julgamos que em vez de se fazer uma criação de uma Estratégia e Respetivo Plano Municipal de Prevenção e Combate à Violência, deveria ser substituída a palavra *"crie"* por

"recomendamos então uma estratégia", uma alteração da palavra no início do ponto, de resto não temos mais nada a dizer. Caso aceitem as nossas propostas de alteração iremos votar, depois, favoravelmente a mesma.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite a todas e a todos.

Sobre este documento que a Coligação PSD/CDS nos traz aqui hoje, apenas me permitam acrescentar que realmente há aqui coisas que são duplicadas naquilo que já existe implementado no município. No entanto, eu gostaria de ressalvar uma questão que tem a ver com a prevenção no que diz respeito a esta temática entre os jovens porque a prevenção faz-se a partir de tenra idade, e nas escolas é o sítio indicado para que esta temática seja debatida, para que seja impedidos certos comportamentos que começam a aparecer logo desde muito cedo nas crianças e acho que devemos, este município deve, para além daquilo que já existe deve ainda alargar esta estratégia na sensibilização junto dos jovens, junto das escolas, porque é precisamente nestas idades que devemos atacar este flagelo para que, depois a montante não surjam problemas como aqueles que estão a acontecer neste momento que são já mais de duzentas mulheres assassinadas desde dois mil e quatro, doze já este ano. Acho que este município deve investir mais neste aspeto junto das escolas e nós acompanhamos esta temática e votaremos ao lado destas moções.

Disse."

A **Sra. Paula Sobral da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 21:10 horas.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o PSD/CDS."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Relativamente àquela questão colocada pela CDU de alteração no ponto um do *"crie"* por "recomenda" não vemos nenhum entrave a que isso aconteça.

O mesmo já não se passa no ponto dois, porquê? Nós pretendemos que fique *"crie"* porque estamos seguros que a criação de um Gabinete de Apoio à Vítima num espaço da Câmara Municipal terá, sem dúvida, impacto e terá, sem dúvida, casos concretos de queixas de uma forma bastante quotidiana nesse espaço. Da mesma maneira que, por exemplo, a criação de uma página autónoma no site da Câmara Municipal de Palmela, ou até o próprio número de telefone, acreditem que infelizmente estamos seguros que será utilizado.

O entendimento que eu faço daquilo que disse o Partido Socialista e aquilo que disse a CDU, e de certa forma um bocado secundado pelo Bloco de Esquerda, parece que a Câmara Municipal não pode fazer nada por isso, está tudo bem, os resultados são esses que vocês podem ver e levar para casa para depois refletirem melhor, também.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia, com todo o respeito pela sua posição mas eu não entendi issodas palavras que aqui foram ditas, e acho que era interessante perante um tema destes, era muito interessante, que a Assembleia conseguisse convergir, porque não me parece que haja divergências em relação à grande preocupação que o assunto nos sugere a todos.

Agora há, com certeza, entendimentos e que às vezes até decorrem exatamente daquilo que uns e outros têm como até proximidade à problemática, no âmbito das competências específicas dos municípios, e um pouco por isso, se calhar, há aqui opiniões que surgem no sentido de alterar aqui um pouco de terminologia e eu acho que toda a gente ficaria de acordo.

Não me parece que seja um recuo na posição do PSD/CDS, pode haver aqui alguma divergência na visão quanto ao papel que uns e outros, nomeadamente as autarquias, neste caso podem ter mas, quer dizer, eu acho que aceitar uma visão mais global como esta que aqui é proposta, no fundo para sublinhar que há problemas que não se resolvem com as soluções, desculpe a expressão, "à porta de casa", independentemente de todos os recursos serem válidos e serem importantes, mas não é por termos algumas soluções "à porta de casa" que se resolve melhor alguns problemas. Há aqui uma visão que eu acho que pode sugerir uma aproximação ainda e era interessante que ela existisse aqui na Assembleia.

Diga."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Naturalmente que é esse seria o nosso objetivo, mas as propostas que nós que pelos vistos são instrumentos redundantes, qual é a ilação que eu posso tirar?"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, a ilação que pode tirar é quem conhece bem o que existe na esfera do município, conhece a esfera das competências municipais, sugere que não se proponha esta criação objetiva do gabinete mas que se formule a questão noutros termos e toda a gente o apoia, é só isto que está a ser dito.

Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Está mais que provado que apesar da existência da APAV e de outras organizações no terreno, até como o Partido Socialista disse, não está a ter o resultado efetivo.

No ponto um estamos dispostos a alterar, em vez de *"Crie uma Estratégia"* para "Recomendamos o Estabelecimento de uma Estratégia" e no ponto dois se a Câmara não quiser criar, pois muito bem ficará com essa decisão, propomos "Recomenda-se a criação de um Gabinete de Apoio à Vítima", e isso depois a Câmara decidirá se quer criar, ou não, não podemos obrigar bem sabemos.

Pensamos que assim…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Vamos ver, eu acho que valia a pena, o Sr. Presidente estava aqui a fazer-me um sinal e eu concordo com ele."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Mas o Sr. Presidente não se pode pronunciar sobre as propostas da Assembleia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia, eu acho que sei fazer essa gestão, se me permite a imodéstia eu acho que sei fazer essa gestão, e eu acho que pode ser interessante nós conhecermos aqui um bocadinho melhor o que é feito já pela autarquia, pela Câmara Municipal, e depois em função disso os Srs. Membros da Assembleia decidem se querem alterar o texto ou se mantêm como está.

Estão de acordo?"

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A nossa proposta de alteração é nesse sentido que acabámos de dizer, "Recomenda-se a criação de um Gabinete" e no ponto um, "Recomendamos o Estabelecimento de uma Estratégia."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Existem já estruturas a funcionar. Sr. Vereador Adilo o que é que existe, aqui um parênteses na gestão, Sr. Presidente quer responder?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Se quiser questionar o Sr. Vereador Adilo …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Não, nós estamos perante uma situação…."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Eu respondo-lhe, eu tenho os dados …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Diga, Sr. Presidente, diga, mas isto é uma figura anormal, nós estamos no âmbito da discussão de uma Proposta cabe estritamente à Assembleia.

Sr. Presidente pedia-lhe que fosse muito sucinto na apresentação de alguns dados que ajudem a Assembleia refletir, é para isso que eu lhe dou a palavra."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, e cumprimento todos e todas, e respeito qualquer interpretação de todas as formas de gestão dos trabalhos sendo que é perfeitamente normal que as bancadas, elas próprias, interpelem e peçam para que o Presidente da Câmara, também, faça o ponto de situação de algumas matérias, até para não incorrermos não só em coisas que já aqui foram ditas de redundâncias ou partir de pressupostos que possam depois, às vezes, até pôr-nos em desacordo sobre uma Proposta que lhe reconheço mérito, tem atualidade, estamos todos de acordo, tem intenções generosas, não é isso que está em causa, eu reconheço-lhe todos estes atributos, agora gostaria de informar o seguinte:

Primeiro, o município trata estas matérias com pessoas específicas no âmbito de Divisão de Educação e Intervenção Social. Já houve no passado um projeto desta natureza com uma campanha sobre violência no namoro, aliás esteve aí visível e até nos autocarros estava presente, foi uma candidatura que terminou, interrompeu e estamos, neste momento, a preparar uma outra candidatura que já está em curso, aliás, com

a SEIES – Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, para a criação do Gabinete de Apoio à Vítima que, em termos de espaço físico, ficará no Monte do Francisquinho na obra que vamos lançar em breve e pode funcionar noutro sítio até a obra estar concluída, vai funcionar em instalações municipais.

Depois, esta matéria tem vindo a ser tratada em vários estabelecimentos de ensino ora suscitada pelo nosso setor da Juventude, ora os próprios planos anuais de atividades das escolas e as suas opções de formação para a cidadania, digamos, que há projetos de trabalho nesta matéria. É preciso fazer mais estamos de acordo e o município também deve apoiar e deve dinamizar, mas aqui nesta matéria convenhamos que isto é um problema nacional que cada concelho tem a sua estratégia, mas que a responsabilidade não é exclusivamente municipal.

Depois, também, chamar a atenção para o regulamento que já foi aprovado neste fórum deliberativo que é precisamente o da habitação social que refere que em matérias desta natureza as pessoas nem vão para o concurso que por acaso vai abrir, na próxima reunião de Câmara vamos levar a abertura de concurso para candidaturas para habitação social porque, nestas circunstâncias, essa casa é automaticamente ocupada com vítimas de violência.

Mais, trouxemos a este fórum, e V. Exas. estão a esquecer-se, aliás já temos uma instituição no concelho que tem uma casa abrigo e que tem apoios públicos também para isso, recentemente uma isenção de taxas para uma instituição, uma IPSS de cariz religioso, que também está e vai construir um equipamento desses em Algeruz. É só recordar que há aqui, de facto, um trabalho conjunto das instituições, das IPSS, das instituições particulares de solidariedade social, do município, das escolas, e de outros agentes comunitários, como aqui referem, para procurar ter respostas para este flagelo.

Considero muito importante, não é tanto termos no site, ou ter um site, ou ter uma plataforma, ou ter um número, porque esse número existe, a GNR tem esse número, há números nacionais de apoio, enfim, está divulgado, dá-lhes visibilidade, inteiramente de acordo. Eu julgo que temos que fazer todos um grande trabalho é na prevenção e no trabalho junto dos mais jovens, porque todos os dias em nossa casa, e eu também tenho um garoto, os miúdos vêm com uma ideia um bocadinho demasiado sexista e machista e até já de superioridade e de inferioridade relativamente àquilo que os meninos e as meninas podem fazer. E eu acho que aqui há um trabalho imenso a fazer, mas eu pessoalmente não responsabilizo os professores, somos todos professores, os pais são professores, somos todos professores, e em casa temos todos que contribuir para isto e temos, sobretudo, que prevenir, também, noutro tipo de políticas que geralmente causam estas disfunções sociais.

Mas quero dizer-vos que há aqui matéria que, como uma recomendação, o município aceitará e integrará no seu plano de trabalho em representação da Assembleia sem qualquer prejuízo, mas que há aqui coisas que são ditas que, lá está, ou são redundantes ou parece que, mas se for como recomendação eu acho que nem vale a pena estar com propostas de alteração, o município está perfeitamente sintonizado com esta linha de trabalho."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, volto a dar a palavra ao PSD/CDS Sr. Membro da Assembleia Colin Marques."

O **Sr. Colin Marques do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Obrigado.

Devo dizer que gostei imenso da resposta que me foi dada pelo Sr. Presidente do executivo, realmente havia algum desconhecimento de algumas coisas. De qualquer das maneiras saúdo algo embora, é assim, a nossa proposta visa todos um bem comum e nós aceitaremos passar para uma recomendação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu quero aqui esclarecer que, no que me toca pessoalmente, tenho conhecimento disso tudo. O facto de ser uma recomendação ou uma proposta é uma questão que o Sr. Presidente nem tem poderes para propor esta alteração, mas atendendo aos esclarecimentos que fez…

Sr. Rodrigues deixe-me falar, não interrompa, chegará a sua vez…

… já os conhecíamos, a redundância que existe é pelo facto, bem sabendo que também é nível nacional que há maior responsabilidade, de que as coisas não estão a resultar e também apelo aqui à comunicação social que também tem um grande poder sobre o assunto e não sei se o facto de repetirmos as mortes tanta vez se é positivo, se é negativo, eu ainda não consegui chegar a essa conclusão, mas também a comunicação social tem aqui um grande papel a exercer até a nível nacional eu nem me refiro só à comunicação social local.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem palavra o Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Membros da Assembleia, boa noite a todos e uma saudação especial pela água em jarro.

Duas notas só, dá-me ideia que o que estamos neste momento a discutir não é se, se, trata de uma proposta, se de uma recomendação, o que estamos a discutir é se o ponto dois é se "recomenda a criação" ou se é *"crie"*, parece que está toda a gente de acordo que é "recomenda a criação".

Nós, independentemente de todo o trabalho que tem sido feito, tudo aquilo que fizermos será sempre pouco e a necessidade que temos de criar mecanismos de proteção e essa proteção começa com uma prevenção efetiva.

Há uma série de legislação, há muita, diria que há até demasiada proliferação legislativa, que, por vezes, precisa de ser regulamentada convenientemente para podermos trabalhar melhor a este nível e termos mais resultados.

Por outro lado se me perguntarem pessoalmente se eu entendo que a Câmara deve ter um Gabinete de Apoio à Vítima eu digo que não. A Câmara não tem esse escopo, há entidades que têm competência nessas matérias, que os técnicos estudaram para isso, que percebem, etc., não estou aqui a dizer que os técnicos da Câmara não sabem, estou a dizer que há outro tipo de filosofia e de abordagem e a Câmara tem que ser uma entidade de suporte em relação a estas matérias, quer a estas matérias, quer às matérias que vamos discutir a seguir na Moção do Bloco de Esquerda.

Esta é a nossa posição clara, votaremos favoravelmente a questão, mas ficamos realmente, também, mais confortáveis com facto de se recomendar a criação, porque sabemos que muito do que há aqui já está neste momento no terreno.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Pergunto à Bancada da CDU, qual é então a sua posição com esta sugestão."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"É só para referir que face às alterações que foram feitas, nós iremos votar favoravelmente a recomendação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"É uma proposta, depois tem o termo recomendação aqui dentro, muito bem.

Então Sras. e Srs. Membros da Assembleia, estamos sintonizados? Podemos votar?"

Submetida a Proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passo agora a palavra ao Bloco de Esquerda, porque vamos continuar no mesmo tema, deixando então depois o Voto de Pesar para o fim.

Quem apresenta a moção por parte do Bloco de Esquerda?

Sra. Membro da Assembleia, Tânia Ramos."

Moção BE "Pelo Combate à Violência de Género"

Tomou a palavra a **Sra. Tânia Ramos** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, está aberta a discussão sobre esta Moção. Quem deseja usar da palavra?

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Decorreu no dia vinte e seis de fevereiro, no Porto, um encontro promovido pela Associação ILGA Portugal - Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo, sobre, entre outras coisas, políticas educativas, igualdade e inclusão. Entre vários oradores esteve um senhor de nome Stephen Russell, que é investigador da Universidade do Texas, em Austin, e que fez um testemunho em vídeo referindo tudo aquilo que em

Portugal tem sido feito a este nível, quer com crianças e jovens LGBTI – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros, quer a outros níveis.

Eu não sabia que isto iria hoje ser aqui debatido, mas vou gastar-vos cinco minutos para vos dar ideia daquilo que tem sido feito em Portugal nos últimos três anos sobre estas matérias. Primeiro, em termos de escola há uma Estratégia Nacional de Educação Para a Cidadania que preconiza entre os seus dezassete domínios três deles que trabalham muito esta questão da discriminação e da igualdade de género. Por um lado os direitos humanos, por outro lado a igualdade de género, por outro lado sexualidade. Cabe a cada uma das escolas promover a sua Estratégia de Educação Para a Cidadania na escola de acordo com aquilo que é o seu projeto educativo, de acordo com aquilo que é o diagnóstico que está feito em termos concelhios ou em termos distritais e a partir daí tentar colmatar algumas das dificuldades de maior índole que se verifiquem no território. É uma estratégia que premeia, de alguma maneira ir ao encontro daquilo que são as reais necessidades que são diagnosticadas também a este nível.

Depois, sabe a Tânia, com certeza, que foi publicada a lei, trinta e oito de dois mil e dezoito de sete de agosto, que dá cento e oitenta dias para se avançar. Esta lei preconiza o direito à autodeterminação da identidade de género, expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa e tem vários artigos, entre eles o decimo segundo que fala da educação e refere que o estado deve garantir a adoção de medidas no sistema educativo, por outro lado mecanismos de deteção e intervenção sobre situações, condições para uma proteção adequada de identidade de género, formação adequada dirigida a docentes e demais profissionais, estabelecimentos do sistema educativo, etc., etc. Há aqui uma série de medidas, já vou falar de mais, que têm sido tomadas. A ILGA, foi interessante porque no dia seguinte a este encontro eu ouvi na TSF a Marta Ramos, que é a diretora executiva da Associação ILGA-Portugal, dizer que era preciso formação para os técnicos da Segurança Social, porque os técnicos da Segurança Social não conseguiam lidar bem com estas questões, porque não tinham conhecimento, também se acusa os professores de não saber lidar com estas questões, os professores fazem parte da sociedade, a sociedade tem alguma dificuldade em lidar com estas situações, terão os professores enquanto membros objetivos da sociedade também alguma dificuldade. Mas eu acho que se tem criado muitos mecanismos para que esta superação possa ser feita e não é de agora, há a lei da educação sexual, que é a lei sessenta de dois mil e nove já de seis de agosto. Depois, nós temos, além deste trinta e três, uma Resolução de Conselho de Ministros, sessenta e um de dois mil e dezoito, que reconhece a igualdade e não discriminação como condição para a construção de um futuro sustentável para Portugal enquanto país que realiza, efetivamente, os direitos humanos e que assegura plenamente a participação de todos e todas. Estamos aqui a falar claramente de direitos humanos e é isto que também a vossa proposta preconiza. Entretanto, há uma Estratégia Nacional Para a Igualdade e Não Discriminação - Portugal + Igual (ENIND) que lançou um novo ciclo programático em dois mil e dezoito, dois mil e dezoito/dois mil e trinta, portanto há aqui uma série de legislação. Por outro lado há um Gabinete Retrospetivo de Apoio à Vítima, que é chefiado pelo Doutor Rui do Carmo do DIAP – Departamento de Investigação e Ação Penal de Coimbra, e que foi criado em dois mil e dezassete e que tem, exatamente, como principal objetivo fazer a análise retrospetiva daquilo que aconteceu às vítimas de violência doméstica.

A vossa Moção apresenta aqui duas ou três lacunas no meu entender. Primeiro, esta questão das mulheres assassinadas já durante este ano, não está provado que estes dez casos sejam de violência doméstica pura, não está provado, não conseguiram nem o Gabinete de Retrospetiva de Apoio à Vítima, nem outros técnicos, dizerem se efetivamente estes dez casos são, foram apresentados, apresentaram nas parangonas dos jornais, mas isto não está dito desta forma, não pode ser dito assim, por outro lado…"

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Peço desculpa, faz a diferença serem dez ou serem cinco?"

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Não, não faz diferença absolutamente nenhuma desde que seja uma."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Era isso que eu queria saber.

Obrigada."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"É disso que estamos a falar e se eu entendesse isso de outra forma não estava aqui com o discurso todo.

Por outro lado quando se diz que: *"Parte das propostas estão em especialidade, outras já foram rejeitadas, mas, no geral, o que se tem depreendido do debate público sobre as matérias é que existe pouca vontade política para fazer a alteração à legislação…",* desculpem lá isto é mentira.

A vontade política existe e está plasmada, agora objetivamente nem todas as propostas do Bloco de Esquerda passam na Assembleia da República, agora há vontade política Tânia, está aqui, eu dei-lhe a legislação toda, está aqui toda, casualmente tinha na mala."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

(Gravação não audível por não ter falado para o microfone)

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Membro da Assembleia conclua lá e depois..."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Eu vou tentar concluir Sra. Presidente, estou a ser interrompido, não é da minha parte."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Diga, diga."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Aquilo que vocês aqui propõem tem única e exclusivamente um foco, que é o poder judicial, a alteração da moldura, a alteração do Código Penal, a extensão da aplicação da prisão preventiva, garantir a articulação do processo, a aplicação de medidas de coação, proibição, instar o Governo a acionar os processo de formação e sensibilização de vários agentes, instar o Governo a iniciar o debate, tudo isto tem muito ou tem genericamente a ver com os tribunais propriamente dito e com quem legisla a esse nível.

Nós não teremos grande nota em votar favoravelmente o que aqui está, agora temos que colocar nota em que alguns dos aspetos que são mencionados na Moção não são compagináveis com aquilo que tem sido a legislatura nos últimos três anos e era isso que gostava de deixar muito claro.

Vocês também dizem aqui no ponto doze "*Lembramos que, desde dois mil e sete, o Bloco de Esquerda propõe a criação de equipas multidisciplinares especializadas nas várias fases do processo e nas várias entidades. Apenas agora o Governo está a dar início a este caminho: é positivo, mas já vem tarde".* Tudo é tarde até se começar e, portanto, nós a este nível estaremos com certeza disponíveis para fazer muito mais. As questões dos juízes e das juízas que tomam más decisões em relação à violência doméstica, como o Sr. Presidente de Câmara toma más decisões em relação a algumas decisões que toma aqui, como eu tomo algumas más decisões, como a Tânia toma outras mais decisões, são más decisões não só em relação à violência doméstica mas em relação a outras matérias, com a violência doméstica temos uma questão mais

simples é que as senhoras acabam efetivamente por falecer para depressão nossa, diria assim. Já que é um flagelo, penso que temos que começar em termos da prevenção e não posteriormente.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Pergunto se há mais alguma intervenção antes de dar a palavra Bloco de Esquerda?

Dou a da palavra PSD/CDS, por favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"A nossa posição, também já foi dada anteriormente através da nossa proposta, não nos alavancamos aqui para os poderes que competem à Assembleia da República, porque aí encaminharemos o Bloco até para o Governo e para a própria geringonça qual é a influência que o Bloco consegue ter sobre o Governo para que todos estes vossos projetos sejam aprovados.

Concordamos com muitas das coisas aqui ditas, mas a partir do momento em que queremos aqui legislar na competência da Assembleia da República, tal como há pouco a CDU recomendou aqui uma alteração nossa para não nos imiscuirmos na competência do executivo da Câmara, isto não nos pode levar favoravelmente a votar nisto, até porque aqui só diz o que é que o Bloco de Esquerda fez, não diz o que é que a CDU, o CDS, o PS e os outros fizeram, portanto, só por aí não poderemos votar favoravelmente porque isto também é política e como tal, embora concordando com muito do que aqui é dito, não nos revemos em todas as vossas afirmações e é por isso que o nosso voto não será favorável mas, também, respeitando a democracia não votaremos contra, será de abstenção.

Tenho dito."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção antes de dar a palavra ao Bloco de Esquerda?

Então, Tânia Ramos."

A **Sra. Tânia Ramos do BE:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

Em relação ao caríssimo colega José Carlos Sousa, a primeira intervenção eu não percebi muito bem qual era o objetivo, tendo em conta que a Moção que aqui trouxemos era sobre o combate à violência de género, ok, quis trazer aqui um assunto que era um assunto seu sobre o género e meter aqui no meio da violência doméstica, tudo bem, compreendo, mas acho que não se adequava muito bem, mas pronto, tinha os seus minutos e quis falar nos seus minutos sobre um assunto que para si parecia pertinente, acho que não se adequava aqui muito bem.

Em relação a dizer que não estava à espera que eu dissesse no fim que os juízes ou juízas todos têm más atitudes e o problema é que, depois, claro as senhoras acabam por falecer. Confesso que não estava à espera de um tipo de declaração sua, porque o objetivo de legislar é diminuir a redundância e aquilo que estamos a falar é que o sistema atual não funciona, porque as mulheres continuam a morrer e morrem mais, existem mais casos, mais denúncias, a proteção continua a ser insuficiente, é isso que eu lhe estou a dizer e eu venho trazer a esta Assembleia que o que está a ser feito não é suficiente, as mulheres continuam a não ser protegidas, continuam a haver queixas nos órgãos de segurança, continuam a haver

medidas de coação mas elas depois são suspensas e muitas das vezes o crime ocorre na segunda tentativa quando já existe informação que existem maus tratos e aquilo que o senhor disse não faz sentido nesta Assembleia que é, todos tomamos más atitudes, realmente é um assunto depressivo, porque depois as pessoas morrem.

Isso não lhe fica bem, não lhe fica bem dizer porque aquilo que tem de ser dito é que as coisas têm de mudar e têm que mudar onde? Onde é que tem falhado? São as associações? É o apoio à vítima que tem falhado? Não tem, porque as associações têm feito aquilo que lhes é possível que é encaminhar, que é tratar os dados, que é apoiar quando lhes chegam as primeiras denúncias e encaminhar se for possível. Agora dizer-me que começa na prevenção, começa na educação, começa sim, mas a legislação também tem de mudar, tem de haver um apoio verdadeiro, tem de haver realmente uma punição que faça com que o agressor não faça sistematicamente as mesmas agressões.

Disse, muito obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção?

Tem a palavra a CDU."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Relativamente a esta Moção do Bloco de Esquerda, nós concordamos com aquilo que é dito, somos sensíveis à questão da violência de género tal como temos referido ao longo desta noite, no entanto o conteúdo da mesma deixa-nos aqui algumas dúvidas, algumas questões, relativamente ao âmbito específico da mesma no caso das deliberações que são aqui colocadas, pelo que a nossa votação vai ser pela abstenção."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. membros da Assembleia, mais alguma intervenção?

Tem a palavra o Partido Socialista, José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Eu reitero uma coisa muito simples a legislação existe, o que podemos fazer e o que temos feito nos últimos três anos em relação a toda esta matéria, é vista. Violência quando eu digo, não sou eu, é a vossa proposta que fala combate à violência de género e violência de género não é só violência contra mulheres, ok? Se não falávamos em violência doméstica, vocês falam aqui em violência de género por isso eu fui buscar outros nomes.

A questão é simples, há legislação agora se há juízes que decretam mal, como tem havido e sabemos disso, o que é que nós podemos fazer mais? O que podemos fazer é dar azo a que Conselho Geral de Magistratura coloque processos disciplinares a esses juízes, e alguns tem acontecido, agora temos que trabalhar claramente sempre na prevenção, eu continuo a focar aqui a prevenção. Depois das questões que têm acontecido dificilmente conseguimos remediar, é evidente que é grave que haja mulheres que sejam vítimas de violência doméstica e que posteriormente estejam em contacto com os agressores e que seja permitido que isso aconteça. Agora a legislação nós não podemos apertar mais a legislação a este nível, no meu entender obviamente, a legislação está lá, quem decide e quem delibera fá-lo, por vezes, sem a consciência necessária, e podemos dizer isto sem pejo absolutamente nenhum, agora o que é que podemos fazer em relação a isso? Retirar esses juízes do ativo, eventualmente depois dos processos disciplinares isso pode acontecer, agora aquilo que eu gostava de vincar em relação a esta Moção é que muito daquilo que aqui é

dito está legislado e está compaginado na lei, a forma como é depois colocada na prática cabe a quem tem de decidir e nós aqui não temos. A vossa intervenção, como eu volto a dizer, tem muito a ver para o poder legislativo e para o poder dos magistrados, o ponto três é todo ele virado para eles. Eu não sei se não somos nós aqui que temos que intervir a este nível, não é uma matéria a que eu pense que nós enquanto Assembleia Municipal podemos, ou devamos, ter uma intervenção para a Assembleia da República, de qualquer maneira a Moção tem todo o interesse com as lacunas, digo eu, em termos daquilo que aqui está escrito.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Então, pergunto se há mais alguma intervenção, não havendo vamos votar."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com treze votos a favor (nove do PS, dois do MIM e dois do BE) e dezoito abstenções (quinze da CDU e três do PPD/PSD.CDS-PP).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos então ao último tema deste período de moções e outros assuntos e volto a dar a palavra ao PSD/CDS, desta vez para apresentação de um voto de pesar."

Voto de Pesar PPD/PSD.CDS-PP "Horácio Santos Simões"

Tomou a palavra a **Sra. Maria Rosa Pinto** para apresentar o Voto de Pesar, que ficará apenso à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Sobre o Voto de Pesar foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Agora vou fazer o aparte, ainda bem que demos a condecoração antes da pessoa falecer e não depois, íamos dá-la a título póstumo, é este o meu considerando.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Então Sras. e Srs. membros da Assembleia, alguma questão a acrescentar sobre este voto?

Muito bem, então votamos."

Submetido o Voto de Pesar a votação, foi o mesmo aprovado, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Terminámos esta parte das moções, saudações e outros assuntos, antes de continuarmos recordo que não pus à consideração a ata que temos para votar, podemos fazê-lo no final deste período ou então fazemos já para não esquecer e depois já devolvo a palavra aos Srs. Membros da Assembleia.

Temos em apreciação então a Ata número catorze, da reunião de vinte e quatro de janeiro, dispensa-se a leitura uma vez foi previamente distribuída, e pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se há alguma questão a acrescentar sobre esta ata?

Tem a palavra a Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu tenho aí umas pequenas correções de português a fazer que depois enviarei por e-mail."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então, não havendo outras questões, vamos votar."

A Ata número catorze, de vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, foi aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor (catorze da CDU, sete do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE) e quatro abstenções dos/a Srs/a. Membros Luis Pato da CDU, Jorge Mares e Pedro Biu do PS e Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP, por não terem estado presentes na sessão.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, retomamos ou continuamos este período antes da ordem do dia, recordo que são vinte e duas horas, temos uma hora e quase meia, e pergunto se há outras intervenções aos Srs. Membros da Assembleia?

Tem a palavra o Partido Socialista."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Trago aqui à liça um assunto, enfim, não tenho feito, penso que é a primeira vez neste mandato que faço uma intervenção neste período, mas há dois ou três aspetos, dois, que me parecem relevantes para aqui trazer.

Um deles tem a ver com a ligação entre o Pinhal Novo e o Montijo, a chamada ecopista, e com o nascimento de candeeiros de dez em dez metros. A ecopista há muito que era falada, há muito que estava prometida, com diferentes fundos está agora a ser construída. Não conheço o projeto, digo-vos em abono da verdade, mas parece-me de uma falta de bom senso, de uma falta de sentido estético, de uma falta de sentido de responsabilidade, colocar postes, independentemente de haver um projeto que foi aprovado pela EDP ou não foi, ou a EDP disse de uma maneira ou de outra basta andarmos pelo país, não precisamos de ir lá fora, para percebermos que o tipo de iluminação que é pedido para uma pista daquele género não se compagina claramente com aqueles postes que ali estão, com não sei quantos metros de altura e colocados de dez em dez metros, e nem sei como é que vai ser quando chegarmos ali à bifurcação de frente para a entrada da autoestrada, ou seja vão estar uns para fora e outros para dentro. Gostava de tentar perceber se não há forma de voltar atrás, já que vamos a meio ou menos de meio, com aquele tipo de solução que foi encontrada e que, no nosso entender, é uma solução que não se compagina com praticamente nada que possa ser feito e que deva ser feito neste concelho.

A segunda nota tem a ver com sinais luminosos, que já não são de agora mas com o tempo pensou-se que as coisas poderiam, efetivamente, ficar mais adequadas mas isso não aconteceu, e estou a falar dos sinais luminosos, também, do Pinhal Novo na bifurcação da Infante Dom Henrique com a António Sérgio. Eu não me recordo, sinceramente, de ser um sítio de acidentes, não me recordo de ser um sítio onde houvesse dificuldade a entrar ou em sair da estrada Infante D. Henrique e o que é facto, neste momento, é que às oito da manhã, às nove da manhã, às cinco e meia da tarde, temos esperas de entre os cinco e os sete minutos, são entre dois a três sinais, para se poder virar na via. O que é que acontece? Acontece que a partir do momento em que há duas faixas em que há trânsito que vem da Lagoa da Palha e da Palhota, na Infante Dom Henrique esse trânsito tem que passar todo até que depois todo o outro vire para a António Sérgio, e isso impossibilita claramente a viragem, impede que o trânsito continue. Por outro lado, tem a uma coisa fantástica que é tem estacionamento à direita, junto aos sinais há estacionamento à direita, quando um veículo quer entrar para o estacionamento ou sair desse estacionamento é mais uma guerra. Este é um assunto os sinais estão lá, se calhar, há quatro meses, se calhar desde setembro não consigo precisar, tem sido recorrente este tipo de situação, já podia ter falado nisto aqui antes mas, entendi, aliás houve uma altura em que tínhamos uma sessão muito comprida e eu acabei por não falar, parece-me que seria de repensar, eventualmente, ou o alargamento de uma faixa mais à direita com a eliminação do estacionamento que lá está para que o trânsito que segue na direção da Palhota pudesse seguir, enfim, haver ali alguma solução que permitisse que não se esperasse tanto tempo num sinal, num sítio onde essa espera não existia.

Era só, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra Sra. Membro da Assembleia, Teresa Marta do PSD/CDS."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Boa noite a todos, cumprimento a Assembleia na pessoa da Sra. Presidente e como não estive presente na primeira Assembleia deste ano aproveito também para vos desejar a todos, embora amanhã já seja dia um de março, um feliz dois mil e dezanove, nomeadamente com a saúde que é o ponto fundamental.

Ora bem, pegando no colega José Carlos Sousa, da bancada do PS, de facto, é uma situação que se verifica. Eu vivo na rua António Sérgio, passo ali naquele semáforo muitas vezes, três e quatro vezes por dia, quando não vou Lisboa, e posso-vos dizer, por exemplo, que a partir das seis da tarde a fila começa a formar-se na estrada ainda antes de virarmos para a zona dos semáforos, ou seja, a fila dos carros começa a formar-se junto à churrasqueira "O Forno", e muitas vezes antes, o que quer dizer que, de facto, depois fecha o semáforo e estamos ali imenso tempo.Sobre os acidentes é também verdade que me recordo, pelo menos, de dois acidentes que ali existiram. Honestamente não sei como resolver, que realmente se complica a vida, nomeadamente, nos finais de tarde e inícios de manhã, é verdade.

Bem, sobre outros temas que gostaria de colocar creio ser importante verificarmos a iluminação da zona junto ao Pingo Doce, quer do estacionamento do Pingo Doce, em Pinhal Novo, quer mesmo em frente ao Pingo Doce, está muito escuro, a iluminação existente é muito fraca, aquela zona é uma zona complicada de muita passagem e fica muito aquém daquilo que seria necessário.

Esta pergunta, a seguinte é uma pergunta ao Sr. Presidente, confesso que é uma pergunta ingénua e a que muito possivelmente já foi dada resposta e se assim foi sai da lista. Foi aquele buraco que na avenida da Independência que eu creio que foi alguma coisa que abateu, digamos assim, a minha pergunta é porquê mais de um mês para solucionar aquela situação que tanto tempo ficou ali e que ainda antes do Natal tinha ocorrido?

Também ainda na rua da Independência, chamar a atenção para que existe uma paragem de recolha e largada de passageiros do autocarro urbano exatamente em cima da passadeira para peões, é que nem é

antes, nem é a seguir à passadeira, aquela paragem está exatamente antes da rotunda em cima da passadeira para peões o que possivelmente exigirá, creio eu, inclusivamente em termos de segurança alteração daquela paragem que ali está. Não consigo perceber se já estava a passadeira e a seguir entrou a paragem ou se já estava a paragem e a seguir entrou a passadeira, mas creio que a passadeira terá sido antes da paragem.

A proteção dos painéis do viaduto da rua António Sérgio, há um que está retirado não sei se caiu se o que é que aconteceu, aqueles painéis transparentes limitadores há um deles que deixou de existir, inclusivamente as estruturas metálicas, não sei qual é o material que ali está, estão entortadas possivelmente devido a algum acidente que ali houve, mas fica ali uma zona desprotegida em relação à linha férrea que é necessário reparar, possivelmente não será competência da autarquia a fazê-lo.

Foi um assunto que já trouxe aqui mas que me preocupa, de facto, porque continua a ser a inversão do sentido da marcha que é permitida na lavagem automática à saída do viaduto da rua António Sérgio. Sr. Presidente, aquela inversão ali daquele sentido de marcha é muito perigoso, porque vai apanhar os carros que vêm do viaduto e que não vêm com visibilidade suficiente quando se deparam já se deparam em cima do carro que está a fazer inversão de marcha para voltar ao viaduto.

Depois, o asfalto que está em péssimas condições da avenida Zeca Afonso, para quem não é do Pinhal Novo é a avenida onde existe um dos postos de saúde de Pinhal Novo, a Norte; a rua Ferreira de Castro, que é a rua da Escola Secundária de Pinhal Novo, o pavimento, também, devido a várias intervenções e cortes de pavimento está em muito mau estado porque está cheio de remendos; a avenida Alexandre Herculano, que é a avenida que no fundo atravessa aquilo que nós poderemos considerar ser o Centro Histórico de Pinhal Novo, a calçada está muito estragada, há zonas onde a ligação entre a calçada e a estrada já não tem sequer lancil, ou está partido ou é inexistente; a rua Fernando Lopes Graça, o asfalto está em muito mau estado e eu creio que aquela lomba junto à piscina para qualquer pessoa que ali passe verificamos que ela está muito riscada que significa que, possivelmente, a lomba em termos de altura é muito exagerada, eu percebo que é entrada e saída de pessoas da piscina mas a lomba não estará propriamente adequada a nível de altura.

Por falar em piscinas, Sr. Presidente, tenho que voltar à questão dos valores praticados pela autarquia e pela empresa municipal na área do desporto, pela Palmela Desporto. Sr. Presidente, é de lamentar que uma instituição pública que no fundo tem por objetivo prestar serviços de qualidade ao mínimo preço que seja necessário, e possível, aos seus munícipes, seja ultrapassada em termos de *pricing* pelos privados, é que eu já trouxe aqui a esta situação, isto já parece uma repetição da repetição. Por exemplo, a escola de natação a inscrição para um munícipe do concelho de Palmela são trinta e dois euros e dezasseis cêntimos, o seguro são nove euros e cinco cêntimos, as segundas vias do cartão são sete euros e quatro cêntimos, comparado com os munícipes de outros concelhos à partida nós poderíamos dizer assim, muito bem os munícipes do concelho de Palmela, sendo este um recurso do nosso concelho, têm uma grande vantagem, não têm, porque os munícipes de outros concelhos pagam apenas mais dois euros pela inscrição e apenas mais dois euros pela renovação da inscrição, por exemplo. Depois temos outras coisas interessantes, é que a natação livre é igual não há discriminação positiva para os munícipes do concelho de Palmela, é igual o valor para uns, quer para o concelho de Palmela, quer fora do concelho de Palmela, exercícios em grupo exatamente a mesma coisa iguais para uns e para outros, musculação e cardiofitness exatamente a mesma coisa iguais para uns e para outros. Quando comparado com os privados, posso dizer que a nível daquilo que é o exercício em grupo, musculação e cardiofitness, uma vez que nós na natação não temos hipótese de comparar com privados porque não temos privados a fornecer natação ainda em Pinhal Novo, temos valores de mensalidades de quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos para vinte utilizações e de cinquenta e um euros e setenta e seis cêntimos para vinte e quatro utilizações, que basicamente é um mês de utilização dum ginásio uma vez que nas atividades em grupo a piscina, a infraestrutura está aberta ao fim de semana, posso dizer que não encontrei estes valores em nenhum ginásio privado no Pinhal Novo e, também, fazendo uma pesquisa online estes valores ultrapassam mensalidades como, por exemplo, estruturas como o Holmes Place e como a outra instituição da Sonae, que neste momento não me recordo o nome. Muito honestamente acho que é uma situação a rever porque não existe vantagem alguma em termos económicos e financeiros para as famílias do concelho em utilizarmos os serviços públicos da Palmela Desporto.

Uma situação que me vem vindo a preocupar, e que me tem vindo a preocupar, e que, possivelmente, mais colegas da Assembleia já deram por isso é que o número de pessoas a pedir junto às saídas dos hipermercados está, de facto, a subir. Geralmente estão duas pessoas junto à saída e entrada do Pingo Doce, geralmente está uma pessoa em cadeira de rodas junto ao Aldi, está uma pessoa com uma criança, às vezes duas, no Lidl e no estacionamento do Continente passa-se exatamente a mesma coisa. No estacionamento do Continente, possivelmente, nem é uma situação de carência é uma situação de toxicodependência, porque a pessoa, e ela vai variando, aborda-nos à entrada do carro, eu confesso que eu deixei de, por exemplo, ir ao Continente a determinadas horas do dia em que já não há sol porque tenho receio."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Disse?"

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Não disse, só tenho mais uma questão, finalmente, que é fomos presenteados esta semana, eu trouxe cinco exemplares não foi por nada é porque eram os que estavam no lixo no número quinze da rua António Sérgio, e a minha questão basicamente é esta, claro que isto é o Boletim Municipal Palmela Informa, fevereiro de dois mil e dezanove, a distribuição é gratuita, mas honestamente numa fase em que nós temos que poupar recursos, nomeadamente recursos de sustentabilidade ecológica, etc., o Sr. Presidente está-se a rir mas olhe, com grande honestidade, é assim eu não acho piada absolutamente nenhuma até acho que o senhor está numa posição possivelmente de brincar com as pessoas, porque isto que aqui está em todos os municípios para além de ser um custo que o município está a despender, é um valor que nós podemos usar em sistemas, em canais de comunicação que são muito mais baratos do que imprimir este tipo de coisas que depois as pessoas põem no lixo e acredite que eu não andei de porta em porta a pedir que me facultassem o boletim que estava nas caixas do correio, foram as pessoas que deitaram na caixa de correio do condomínio e em relação a este assunto ainda só para …"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sra. Membro da Assembleia."

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Eu vou já terminar Sra. Presidente, peço desculpa.

Em relação a este assunto ainda, porque não ficar como sugestão a possibilidade de nós até podermos ajudar, por exemplo, a imprensa local, os jornais locais, e fazermos um encarte no jornal com a mesma informação que é de distribuição gratuita, alguns casos, mas que pelo menos as pessoas não vão deitar fora e ter esta informação disponibilizada como encarte no jornal, damos inclusivamente o valor que é gasto aqui se calhar com muito menos valor fazemos um encarte na imprensa regional e estamos a poupar dinheiro ao município e estamos a conseguir chegar, se calhar, a mais pessoas.

Disse Sra. Presidente, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, as próximas intervenções têm que ser mais breves e eu não vou dar a palavra agora o PSD/CDS, que já falou muito tempo.

Outra intervenção?

Tem a palavra o Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Obrigado, Sra. Presidente.

A minha questão vai ser breve.

Trata-se de uma questão também ligada à ecopista, munícipes da região do Pinhal Novo relataram-me que depararam que as obras aparentemente estão paradas e a minha questão é precisamente essa, a razão porque é que as obras estão paradas e se ainda demorará muito tempo até que elas se reiniciem.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Mais alguma intervenção Srs. Membros da Assembleia? Não há mais intervenções?

Então vou dar a palavra o PSD/CDS por uma intervenção muito rápida."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Ora bem, são perguntas rápidas algumas das quais depois também já fizemos algumas vezes. Queria saber mais pormenores sobre a Escola de Cabanas e Quinta do Anjo, que o Sr. Presidente aqui nos esclarecesse sobre a data do términus das obras ou do início no caso de Cabanas.

Relativamente às obras do "HUB10", eu vejo que na parte de Palmela já foram iniciadas muito lentamente, muito lentamente, mas na outra parte que pertence a outra autarquia há lá uma parte que eu ainda não percebi se aquilo é para levar passeio, ou seja, eu penso que as autarquias nesta questão da plataforma "HUB10" têm que estar mais atentas à obra e segui-la mais com mais pormenor.

Queria saber se havia mais pormenores sobre o Pavilhão da Escola Secundária de Palmela e relativamente aos prédios das tais obras inacabadas, como já passaram quase seis anos sobre o nosso primeiro requerimento ou cinco, gostava de saber também se havia mais novidades.

Também relativamente à Vala da Salgueirinha e relativamente ao edifício e escritura ao Espaço Fortuna, se bem me lembro o Sr. Presidente ficou já há uns anos, ainda no anterior mandato, de trazer aqui um relatório, já não me lembro se era semestral se era trimestral, sobre novidades se as houvesse.

A outra questão é ali na urbanização onde está o Centro de Saúde de Palmela, para quando uma requalificação e sobre as antigas instalações da Socar se o senhor, também, já tinha alguma novidade, porque continua tudo na mesma.

A outra questão é sobre a estrada nacional 379, uma vez que agora existe um novo Ministro das Infraestruturas e o Sr. Presidente disse aqui numa reunião que até punham a hipótese de a estrada se tornar municipal, ou não, eu considero que ela já não tem obras há tantos anos e, efetivamente, a estrada nacional está em muito mau estado, sobretudo de Palmela até Cabanas até ao fim do nosso território, não tem intervenção há muito mais anos do que no sentido contrário.

Por último, queria também aqui dizer que relativamente ao mercado da Quinta do Anjo e ao tal projeto que andava aí a ser feito também gostava de ter mais notícias sobre isso.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra o Partido Socialista, Sr. Membro José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito boa noite a todos, quero apresentar os cumprimentos à Sra. Presidente da Assembleia, restantes Membros dessa prestigiada Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, caros colegas da Assembleia, técnicos da Câmara, comunicação social.

Eu é apenas para muito rapidamente, e porque depois destas questões todas colocadas na freguesia do Pinhal Novo, Palmela, e Quinta do Anjo, dizer que também ali no Poceirão temos a estrada que é estruturante que faz parte da 533, mas é entre o Poceirão e a Loja Nova, a chamada estrada do Poceirão e a Estrada da Loja Nova, está a ficar em muito mau estado, foi nos últimos anos muito prejudicada pelo facto de a A4 e da A5 estar em muito mau estado e os carros pesados transitarem ali. Quando é que a Câmara tem previsão de fazer uma repavimentação naquela estrada e, pronto, como não temos piscina no Poceirão e não temos outras coisas fico-me por aqui.

Muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Câmara, tem a palavra para tentar responder pelo menos a algumas das questões."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito bem, agradeço as questões colocadas.

Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa, a ecopista, os candeeiros não são de dez em dez, são de vinte em vinte e no troço feito na ecopista Pinhal Novo Poente, a primeira fase, segue o mesmo *layout* mas com uma distância maior. O projeto foi aprovado pela EDP proposto desta forma, considerando a iluminação *led* lá colocada e o raio de luminância de cada uma das luminárias. Sobre a colocação daqueles postes, nós estamos numa zona de espaço canal ferroviário com contrato comodato de trinta anos, dos quais já passaram, se calhar, dez, não deixa de ser uma construção precária, oxalá aquilo nunca seja para outro fim e se mantenha para a promoção da mobilidade suave das deslocações a pé, e tem um projeto que procura integrá-lo mais na paisagem, não numa lógica urbana, até porque vai ter vedações, vai ter arborização, etc., etc., e segue a leitura e o *layout* da que está a poente entre a rua Luís de Camões e o final da rua 1º de Maio.

Sinais luminosos, em primeiro lugar dizer que a operação de loteamento que levou à construção daquela urbanização, denominada urbanização Quinta de Matos, previu desde o início a colocação daquele conjunto semafórico. Posteriormente, procurou-se estudar para o local uma interseção giratória, uma rotunda, a própria junta de freguesia chegou a encomendar estudos para o efeito. A rotunda no local não resolvia, implicava cortar propriedade privada e lotes que estão num alvará para construção, e fazer uma rotunda de menores dimensões ela não funcionaria por causa da questão dos pesados, sobretudo. Os sinais semafóricos quando foram colocados, houve reclamações precisamente por causa de uma espera inusitada e foram afinados. Estiveram, também, durante toda a manhã mas, sobretudo, no período entre um quarto para as oito e as nove e meia, técnicos do município no local e funcionários da empresa Eyssa Tesis - Tecnologia de Sistemas Eletrónicos, SA. a monitorizar o que se passava naquele dia. Há um pico à hora de entrada e saída dos miúdos da preparatória e também de quem vai levar os miúdos à secundária mas, se me permitir continuar, eu conheço o território, estive lá com os nossos técnicos no local e leio estas coisas com a maior da naturalidade, se o senhor leu outra coisa completamente diferente então há aqui qualquer coisa que é estranho. Este pico existe e há outros conflitos de trânsito a esta hora não só naquele local em sítios onde não há semáforos, por exemplo a rua D. Sancho I, tornou-se uma autoestrada e uma correria para irem buscar os miúdos à secundária e junto aos semáforos na nacional e a Ferreira de Castro tem longas filas que vêm até à Avelina Pires Leitão. Vale a pena observar isto para perceber que tem que ver um bocadinho com um pico de trânsito que acontece nesta altura. As instruções que têm sido dadas aos serviços é para monitorizar, até porque há temporizadores mas pode haver também temporizadores a horas diferentes e essa situação deve continuar a ser monitorizada, eu passo por ali com frequência, há horas do dia em que os semáforos podiam estar desligados mas é, de facto, um local de alguma conflitualidade de trânsito sobretudo a essas horas. Nós estamos a acompanhar e isso, deixou de haver reclamações, devo dizer,

porque nós também temos esse barómetro vale aquilo que vale, se continua a haver longos períodos de espera, que eu duvido que sejam de cinco a sete minutos porque o temporizador não está para esse tempo, vamos procurar afinar.

Sobre a extensa lista de questões da Sra. Membro da Assembleia Teresa Marta, iluminação junto ao Pingo Doce, foi publicado na semana passada um aviso no Diário da República para um concurso público para eficiência energética em Pinhal Novo e Palmela, é uma primeira grande candidatura para uniformizar com iluminação led, esperemos que aquela zona venha obviamente a ficar melhor, aquilo que lá está são candeeiros antigos da próprio urbanização, obviamente que já tem luminárias novas, mas eu em conversa com o Sr. Vereador transmiti que já verifiquei que alguns dos cabazes da própria luminária ou por serem antigos, às vezes basta por um olho novo e a lâmpada porque elas são lâmpadas de vapor de sódio e certamente setenta a oitenta, não é falta de, pode ser outro fenómeno depois o próprio parque não tem iluminação central, ele há de ser arranjado está no plano mas não tem iluminação central.

A questão da praça da Independência, tratou-se de uma intervenção da SIMARSUL que agendou por duas vezes a intervenção, aliás até fez com que o município fizesse notas de imprensa sobre o início da intervenção para dias onde a intervenção não se concretizou porque tinha de afetar para a intervenção equipamento específico e tinha que contratar a GNR, e essa desmarcação foi feita por duas vezes. Depois vieram ao local e fizeram a inspeção vídeo e não puderam fazer logo a intervenção. Aliás a intervenção que aquilo precisa é uma intervenção que pode vir a ocorrer dentro de um ou dois anos e vai abrir a rua toda, garanto-lhe, e então depois de terem verificado arranjaram uma solução de reparação que serve por hora de solução mas que, no futuro, como lhe digo pode ser necessário abrir toda a rua porque é um emissário antigo e portanto a SIMARSUL tem de meter no seu plano de investimentos também a renovação dos emissários. A demora foi provocada por eles, entretanto houve foi outra situação; por causa do trânsito encostar mais à berma e algum até galgar o passeio provocaram uma rotura de águas no local e reparar ambas as coisas com tempo de chuva deve considerar que não é fácil, e as massas betuminosas frias são um paliativo que depois salta e quando o tempo seca é que se pode fazer uma intervenção duradoura e de excelente qualidade técnica. Não sei se têm observado, mas ultimamente a maior parte das intervenções daquela natureza não são remendos de alcatrão, chapões, são cortados, é fresado, o trabalho está a ser bem feito, assim tivéssemos nós muitos mais trabalhadores naquela área para generalizar este tipo de intervenção a todo o concelho.

A paragem de autocarro, devo dizer-lhe Sra. Membro da Assembleia que ela existe desde dois mil e seis no mesmo local onde existe a passadeira mas, também, lhe devo dizer que pretendemos no futuro, quiçá, deslocalizá-la para uma placa de relva que fica junto aos tanques centrais da praça da Independência à saída da rua João Posser Andrade Vilar. Foi uma hipótese que já vimos mas, também, não arrancámos relva, nem árvores, por tuta e meia é mesmo só quando se justifica, fica na mesma no entroncamento viário a questão é que aquele tecido urbano não foi preparado para ter gares para autocarros. Vamos ver se os autocarros chegam ao concelho agora com a nova política de transportes da Área Metropolitana. A explicação é esta, procuraremos corrigir mas tem sido aquele o local mais solicitado pelas pessoas, porque saem ali ou vão numa passadeira para ir para o lado da farmácia ou vão para o mercado municipal.

A questão da inversão na António Sérgio, a inversão não é permitida, ponto, a senhora já aqui chamou a atenção sobre os pinos, já foram colocados lá três pinos novos, se são arrancados ou não a gente pode continuar a colocar, agora a inversão não é permitida a partir dos pinos está lá um traço contínuo, é uma questão de GNR, desculpe, se os condutores fazem aquilo, olhe eles em vez de irem multar os desgraçados à noite na D. Sancho I, onde estacionam de um lado e de outro da rua sem incomodar ninguém e por interpretações muito criativas do Código da Estrada foi tudo a eito, curiosamente na semana do Pinhal Novo, é que isto em cada Semana do Pinhal Novo há assim uns eventos agora cíclicos todos os anos, há um ano foi na rua 25 de Abril, agora é a D. Sancho I, olhe eles estão ali perto, de facto, a gente quando incumpre deve levar um apertão.

A proteção do painel no viaduto, eu também reparei nisso aqui há tempos, estranhei, espero que tenha sido as Infraestruturas de Portugal que tenha retirado até porque se ele cai sobre a catenária provoca danos à circulação mas temos tido, aliás o meu Chefe de Gabinete está a pensar certamente nisto, mesmo hoje vínhamos do Conselho Metropolitano e falámos sobre a marcação de uma nova reunião com as

Infraestruturas de Portugal onde temos sempre pacotes de coisas e está, entre outras, também a questão desse painel e de outros viadutos que ali temos.

Asfalto na avenida Zeca Afonso, a forma como se dizem as coisas às vezes podem-me levar depois, também, a responder de outra maneira, é perfeitamente normal. A senhora refere-se a um troço entre a rua José Régio, final da rua Raul Brandão, e a Praça da Independência, foi um troço que foi intervencionado há cerca de um ano e meio para colocação de seis sumidouros e naturalmente no troço o roço abateu. Devo dizer-lhe que estive há duas semanas no local, com o nosso encarregado geral, não só por causa de corrigir o encaminhamento de águas para um dos sumidouros que pode ser feito…".

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

(gravação não audível por não ser dirigido ao microfone)

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…depois, já voltará a falar…".

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Aqueles pedaços que estão …".

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"…vão ser refeitos já lhe explico…"

A **Sra. Teresa Marta Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP:**

"…foram devidos a quê que não entendi."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Ligações de águas pluviais. Foram colocados seis sumidouros na rua, porque havia ali uma grande piscina que as pessoas não podiam passar nos passeios, as vivendas e os muros eram… e colocámos seis sumidouros de um lado e de outro da rua e o roço e a colocação do coletor com o tempo, já passou um ano e meio, abateu. Eu que estive lá por outro motivo de uma correção de um dos sumidouros a analisar com o nosso encarregado geral, como é que se podia fazer aquilo de uma forma simples, concluímos também pela necessidade… eu não disse isto para o Sr. Vereador Adilo, ele sabe que o Presidente tem a mania que é mestre de obras, também, de por administração direta, e porque aquilo já não é uma coisa que possamos assacar à empresa porque foi rececionado e estava bem, vamos fresar e vamos colocar o alcatrão e está para muito breve. É uma intervenção que até está agendada para um sábado, mas parece que no próximo sábado vai ser aqui nas Façalvas, na nacional, porque temos, também, que pedir autorização às Infraestruturas de Portugal para tratar aqui alguns remendos antigos que estão abater a ali naquela curva junto a SIVIPA, há ali uns remendos nessa zona.

Questão seguinte, rua Ferreira de Castro, houve duas intervenções que hão de ser corrigidas. Lá está as intervenções são feitas quando está a chover e uns meses mais tarde nós temos que fazer a intervenção a sério, eu nem sei, surgiu lá um rasgo que eu não sei se foi de uma ligação da escola, enfim, está lá qualquer coisa que não era habitual e vai ser remendado devidamente.

Calçada na avenida General Humberto Delgado, veremos com a nossa junta o que nós pretendemos para toda aquela zona de baixa que está, inclusivamente, identificada para a reabilitação urbana é um dia darmos volta àquilo tudo mas, nessa altura, apresentaremos o projeto à população e também à Assembleia, até lá

há que ir reparando, naturalmente, porque a calçada já é muito antiga a as pequenas reparações às vezes reparam-se de um lado e há abatimentos de outro.

Na rua Fernando Lopes Graça o asfalto está em mau estado. Sinceramente não vejo lá o asfalto em mau estado, vejo é a lomba que é alta e o pessoal de vez em quando fica lá o *carter* mas, de resto, não vejo o asfalto em mau estado naquele sítio, é um sítio que eu até frequento bastante.

Quanto aos preços da Palmela Desporto, Sra. Membro da Assembleia deixe-me também passar alguma adjetivação. Em primeiro lugar, os preços e aquilo que referiu e a forma como referiu, é uma forma capciosa e falaciosa de debater a matéria e digo-lhe isto com toda a frontalidade. Nós fizemos um estudo, e já debatemos isto suficientemente em reunião de Câmara, não houve aumentos a não ser acertos à taxa de inflação, e está devidamente explicado qual é a função de uma empresa municipal. A senhora não falou aqui é dos munícipes que não pagam, a senhora não falou aqui nas crianças, mil por ano, que vão à natação gratuitamente, a senhora não falou aqui nos protocolos que temos com instituições sociais, é esta a missão, há os que podem pagar e depois, enfim, este é serviço público. Depois, devo dizer-lhe que o serviço público não é uma questão de ser mais barato ao mais caro do que o privado, se é que efetivamente é como a senhora diz, porque estar a comparar isto com o Holmes Place, eles podem fazer campanhas. Olhe, também há alturas do ano em que as pessoas da Palmela Desporto têm inscrições gratuitas, têm seguros gratuitos e porque é logo no início da época renovam, aliás até temos reclamações de munícipes como não participaram na campanha, esqueceram-se ou não souberam, acham muito estranho uns terem pago menos, mas isto é mesmo assim as empresas fazem estas campanhas. Agora, o que lhe digo é o seguinte, o que nós sabemos e não me ponha a dizer mal dos outros porque eu prezo muito, também, quem empreende e quem tem casas abertas ginásios, etc., etc., não falo mais do que devia falar aqui, é preciso é perceber as condições que cada um tem, é fácil fazer concorrência desleal até em matéria de preços. Na Palmela Desporto todos os professores, todos os monitores, têm formação, têm em curso, têm condições de trabalho, formação para nadador-salvador, há condições higio-sanitárias que são exigidas por lei e que a Palmela Desporto tem a obrigação de cumprir por cima. É normal que outros estabelecimentos, que eu conheço até alguns ainda em longos processos de legalização, não tenham casas de banho em número suficiente para os utentes. A gente não pode, isto é a mesma história de como é que aquele restaurante é obrigado a vender mais caro, ele tem tudo legalizado, tem tudo em condições, tem contratos de trabalho, etc., eu não vou aqui denunciar outras coisas. Agora o que lhe posso dizer é que relativamente a preços de outros municípios, nós estamos na média, e mais aqui há tempos discutimos isto por outros motivos e o Sr. Vereador que acompanha a Palmela Desporto trouxe um documento importantíssimo que é a quantidade e os locais de destino dos utilizadores de fora do concelho e porque é que eles tendo piscinas mais baratas, tendo ginásios mais baratos, vêm para o concelho de Palmela pagando mais do que os nossos munícipes e isto, se calhar, vale a pena pensar para percebermos as questões da qualidade, da qualificação. Mais, comparar com questões de ginásios, de preços, há monitores de ginásios que ganham à peça pelo número de pessoas conseguem angariar para as suas turmas, não vale a pena a gente comparar as coisas assim. Se o privado é assim tão bom, e é assim mais barato, pois bem não estejam preocupados com a Palmela Desporto. Mas sabe que eu recentemente fui convidado para visitar um ginásio privado e sabe qual foi a tese do proprietário? A Palmela Desporto não devia de existir porque está a fazer-nos concorrência, há aqui qualquer coisa que não bate certo. É só para lhe dizer que temos a preocupação da política de preços cobrir naturalmente parte dos custos mas, sobretudo, garantir qualidade na resposta e são necessários grandes investimentos para manter essa qualidade…"

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente pedia-lhe que abreviasse, eu sei que as questões foram muitas mas, por isso mesmo, tem que abreviar nas respostas se quiser responder a todas."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sobre o boletim, Sra. Membro da Assembleia, nós fazemos uma edição de quinze mil exemplares para uma população de sessenta e cinco mil habitantes, se as pessoas não querem o boletim na sua caixa de correio e

o colocam no cesto dos papéis nalguns prédios ou se o mandam para a rua é uma decisão de cada um dos cidadãos. Nós temos a obrigação de informar os nossos munícipes, seja de que forma for. O boletim tem hoje procura, temos pessoas a dirigirem-se a quererem voltar ao tempo em que, infelizmente, não há porte pago, recebiam o boletim devidamente endossado. As pessoas são livres de não querer o boletim, façam o que entenderem, agora não me venha com demagogias de papel e de coitadinhos e esbanjamos recursos etc., etc., porque, olhe, convido-a aos concelhos que são dirigidos pelo partido de V. Exa. a ver o rácio, número de habitantes e as quantidades que são feitas e o número de publicações, nós temos a obrigação de informar os nossos munícipes. Eu acho que temos que valorizar a tentativa de informar, de dar a cara, as pessoas podem inclusivamente dizer assim: não ponha na minha caixa do correio e distribuidor não põe. A senhora parece que prefere valorizar a falta de civismo de algumas pessoas que deitam o boletim fora, se a senhora me disser, como eu disse ao nosso setor de comunicação que vi no Centro Histórico boletins colocados em casas abandonadas, essa é uma chamada de atenção útil porque eu também o disse, tal como disse que o boletim por causa de ter separata, para dobrar em quatro está tão grosso, quase não cabe nas caixas do correio. Isso são reparos construtivos, porque as pessoas nos fizeram chegar e eu concordo, agora vir para aqui com os cinco boletins podia ter trazido mais, não me parece uma forma séria de debatemos estas questões politicamente.

Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira, as obras têm estado paradas, efetivamente, porque foi necessário fazer três alterações ao projeto. Nós já podíamos ter terminado a ciclovia mantendo aquilo que é aquilo que está legislado e aquilo que está autorizado pelas Infraestruturas de Portugal relativamente às entradas e saídas, porque houve pessoas que emparcelaram terrenos, fizeram serventias e abriram novas saídas para o canal ferroviário, há pessoas que têm águas pluviais dos seus terrenos que não deviam mandar para a plataforma da REFER, que nos está alugada em contrato de comodato, e estão a mandar e isso se fosse feito só como está no projeto e vai a direito, já estava a ciclovia pronta, já a tinha inaugurado, olhe no aniversário da freguesia de Pinhal Novo era uma excelente prenda. Nós estamos a procurar conciliar um conjunto de interesses, não prejudicando também algumas empresas e criando condições para que depois não estraguem aquilo, porque a gente sabe que as pessoas apesar de não terem direito se nós não lhes fizermos lá uma entrada, há umas zonas que vão ser zonas mistas, faço-me entender, para as pessoas poderem entrar com os carros para os seus terrenos, outro que tem carros pesados vai ser diferente, a ciclovia tem que ter naquela zona não uma camada de sub-base de trinta centímetros *tout venant* compactado com quatro centímetros de alcatrão vai ter que ter uma sub-base mais funda porque senão o pesado ao passar por ali vai dar cabo daquilo, no entanto, era um caminho que não era para um pesado mas hoje tem uma pessoa que cria gado naquela entrada e que passa lá com uma camioneta pesada. São questões desta natureza que quem faz obras e tem a preocupação de procurar gerir de forma, também, a conciliar um conjunto de interesses e não prejudicar ninguém que nos fez refazer o projeto.

Depois, já agora, para quem não sabe a estes pormenores da contratação pública, é como vos digo já queria ter as obras todas prontas é que não posso mandar fazer trabalhos a mais, porque vão ser trabalhos a mais não previstos no projeto, sem ter o projeto e esses trabalhos a mais têm que ser aprovados, autorizados e para serem feitos têm de ter cabimento orçamental e são estas diligências, felizmente transparentes, que a administração pública nos obriga a fazer que fazem com que uma obra que já era para estar terminada, já vá com dois meses de atraso. Nós estamos convictos que no final de março poderemos ter ali uma obra perto do seu términus, se não surgir mais problema nenhum."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente, precisamos de determinar, peço desculpa."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"D. Rosa Pinto, básica de Cabanas está consignado, contrato assinado e esperamos na semana da Quinta do Anjo poder estar com o empreiteiro já em obra. Básica da Quinta do Anjo, estamos a fazer mais do que aquilo que estava previsto, é muito complicado fazer obras, se nós estivermos a fazer o sintético cá fora as crianças não têm recreio para brincar, se estivermos a fazer o ginásio em tempo de aulas estamos a fazer

barulho não podem ter aulas, o que nós queremos é chegar à semana de vinte e dois de abril, sensivelmente, e ter a mudança toda feita, o nosso primeiro objetivo é tirar as crianças do local onde estão. Depois há um conjunto de outras intervenções que vão ser feitas, até com a nossa junta de freguesia porque faz parte da sua delegação de competências, nas salas que não foram intervencionadas fazer pinturas, etc.. Nós não estamos preocupados em fazer uma inauguração com coisas ainda por pintar, a própria empresa até propõe pintar a escola por fora só no final de junho e nós dizemos: não, o meu amigo vai ter que pintar isso antes, agora também só faremos isso se a escola quiser porque se a direção da escola e o agrupamento disser: não façam isso por fases porque isso prejudica as aulas ou há perigo para as crianças, nós não vamos correr riscos. Quero dizer-lhe em primeiro lugar, já o disse publicamente e a senhora esteve na sessão da Quinta do Anjo, é uma obra que nos trocou as voltas por questões de programação e de coisas que não batiam certas no projeto antigo da escola com o projeto atual, é uma obra complexa com uma comunidade educativa que, também, reclama determinadas coisas e para não incomodarmos o faseamento tem sido muito, muito gerido, praticamente de quinze em quinze dias há novo planeamento de obra, mas garanto-lhe que as crianças mudam todas nas férias da Páscoa, é isso que temos como objetivo.

Prédios inacabados, se se refere aqueles a saída dos Portais, não? É outra coisa? Depois logo falamos, mas o que lhe quero dizer é que nós respondemos a todos os requerimentos, a Sra. Presidente da Assembleia tem nota disso.

Ribeira da Salgueirinha, está de novo no Tribunal de Contas, já veio uma pergunta, veio um documento da Agência Portuguesa do Ambiente sobre reprogramação financeira está lá, está o prazo a contar do lado deles.

Espaço Fortuna, ADREPAL, estamos inteiramente disponíveis para fazer chegar a toda a Assembleia as contas da ADREPAL, da gestão de dois mil e catorze para cá.

Praceta de Cabo Verde, Quinta do Outeiro, temos um estudo prévio já aprovado, vamos lançar um projeto, sim vamos lançar concurso para projeto, não é Dra. Teresa Palaio? Penso até que já foi autorizado.

Socar, não sei nada.

EN 379, nas reuniões que tivemos com as Infraestruturas de Portugal e no Plano Nacional de Investimentos vinte/trinta, onde falta muita coisa relativa ao concelho e sobre isso falaremos nas próximas semanas, porque já fizemos chegar a vários órgãos, está previsto das Infraestruturas de Portugal uma reabilitação da EN379. Pedimos para ver o projeto, já fizemos esse pedido, se calhar na reunião que vamos fazer são capazes de nos apresentar o projeto, porque nós queremos fazer aquela ligação entre os Portais e Cabanas, com a ciclovia ali, depois há uma zona que tem que ir para a estrada mas isso é mesmo assim, precisamos de articular o nosso projeto com o projeto das Estradas de Portugal, porque o corredor da estrada é um corredor espaço canal preservado.

Mercado da Quinta do Anjo, em breve haverá notícias está a ser feito o caderno de encargos para as obras mais estruturantes, telhado, pintura e pequenas caixilharias.

Disse, Sra. Presidente."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

(Gravação não audível por não te ser dirigido ao microfone)

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Peço desculpa, não precisa de ir morar para o Pinhal Novo porque nós precisamos de gente no Poceirão e de gente atenta no Poceirão.

Isso de não fazermos nada já tem muito que se lhe diga, Sr. Membro da Assembleia José Manuel Silvério, isto foi da pressão porque eu depois saltei aqui para cima da página.

A estrada da Loja Nova terá que ser repavimentada por troços, tal como estamos a fazer à EM 533, poderemos daqui a uns meses vir a falar aqui de novo na Assembleia num novo empréstimo, que é o segundo que queremos fazer este mandato, e aí teremos a oportunidade de propor algumas intervenções de peso na rede viária, precisamente para não fazermos em todo lado, pequenos troços e poder fazer logo tudo de uma vez e isso, naturalmente, requererá outra capacidade de investimento que temos para ir a empréstimo e depois falaremos disso. Até lá vamos procurando fazer umas reparações mais consistentes, porque a estrada é como o senhor diz, está a ficar em muito mau estado.

Disse, Sra. Presidente."

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** passou de imediato ao Período da Ordem do Dia.

Período da Ordem do Dia

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos entrar no primeiro ponto da ordem de trabalhos que é sobre a informação do Sr. Presidente."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, eu gosto muito de ler a informação."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sim, mas vai dispensar hoje."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Até por respeito a quem a prepara comigo, porque são quase noventa e tal páginas e fazemos aqui um grande esforço de síntese mas peço que fique em ata, a comunicação social também terá a cópia, fico ao dispor para as perguntas que os Srs. Membros da Assembleia queiram colocar."

"Nos três meses em análise no presente relatório, um significativo conjunto de iniciativas do Município, com diversos parceiros, permitiu vincar, uma vez mais, a vocação turística e cultural deste território, assente no cruzamento entre a proteção dos valores tradicionais e endógenos e o incentivo à inovação, à produção de conhecimento e à abertura de novos canais de promoção.

As comemorações do Dia Europeu do Enoturismo, o Concurso de Doçaria de Palmela e mais uma edição do Festival do Moscatel - com um programa muito rico, que assinalou, também, o Dia Nacional do Enólogo - potenciaram a atratividade do concelho junto de públicos diferenciados e mais exigentes, reforçando a notoriedade dos nossos produtos locais de excelente qualidade. Da mesma forma, o arranque em Palmela da missão nacional de benchmarking enoturístico, a decorrer ao longo do ano, numa organização da Associação de Municípios Portugueses do Vinho e da Associação das Rotas de Vinho de Portugal, deu a conhecer, a diversos agentes nacionais do setor, o trabalho de relevo que tem vindo a ser desenvolvido no concelho e na região.

Em Águas de Moura, demos início à implementação de um ambicioso Plano de Ação para a Dinamização da Baixa Comercial, que inclui ações de formação para comerciantes, instalação de sinalética e mupis e distribuição de material comercial. Nos próximos meses, o trabalho incidirá na valorização de produtos como o Arroz Carolino e no desenvolvimento de oferta turística, entre outras medidas.

O programa "Palmela, Experiências com Sabor!" continuou a fazer caminho junto dos operadores da área da restauração, conferindo-lhes novas plataformas de promoção regional e nacional, e depois de uma participação com projeção nas "7 Maravilhas à Mesa", estamos, já, em processo de preparação de uma candidatura à iniciativa "7 Maravilhas Doces de Portugal", para levar mais longe a Doçaria do concelho.

Doçaria que também esteve presente, a par do artesanato e de outras propostas, no Mercado de Natal, parte integrante da iniciativa "Viva o Natal em Palmela", que marcou a época festiva no Centro Histórico. A música, os divertimentos infantis, as oficinas ambientais, a "Casinha do Pai Natal", entre outras propostas, animaram os fins de semana de dezembro, como complemento do já incontornável Presépio, que ganhou, este ano, duas novas figuras etnográficas: o Agripino, saudoso vendedor de doces e gelados na vila, e a Mestra rodeada de alunas/os. Destaque, também, para a realização do concurso "Natal à Janela", que desafiou população e comerciantes a decorar as suas janelas e montras.

A equipa de animação das Bibliotecas preparou, como habitualmente, uma peça de teatro, construída, do texto à representação, pela «prata da casa». "O Natal das Três Fadas" esteve em cena nos equipamentos culturais do Município, com vinte sessões para diversos públicos. A época festiva encerrou com o tradicional ritual das Janeiras, que evoca, da melhor maneira, o espírito comunitário e a forma de fazer em parceria, que distingue este concelho.

Como comecei por dizer, este período foi marcado pelo incentivo à produção de conhecimento e a realização de mais uma edição do Fórum Turismo, em dezembro, é um excelente exemplo. Cerca de três centenas de pessoas de todo o país, sublinhando-se a presença de várias turmas de estudantes do setor, participaram neste debate, subordinado ao tema "Turismo e Património Cultural – Qualificação dos Territórios", com destaque para a abordagem aos diversos Caminhos de Santiago.

E porque falamos em Santiago, o nosso Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago viveu, também, um período de intensa atividade, com a realização das Jornadas Internacionais "A Reconquista: ideologia e justificação da Guerra Santa Península" – três dias de um interessantíssimo debate em torno da mais recente investigação sobre o tema, com a presença de várias/os historiadoras/es internacionais, numa coorganização com a Universidade Autónoma de Madrid. Num momento em que se prepara, já, o VIII Encontro Internacional sobre Ordens Militares, a realizar em junho, comemorando os trinta anos destas realizações, o Município concluiu e editou os dois volumes das Atas do VII Encontro, documento de enorme valor académico no universo da historiografia sobre Ordens Militares.

Também no campo da música estamos a sistematizar conhecimento. Está em curso uma importante investigação sobre o património musical do concelho, no âmbito do projeto "Palmela é Música", com vista à apresentação de uma candidatura à Rede de Cidades Criativas da UNESCO, na área da música, mas também, para fortalecer a partilha e os laços entre os diversos intervenientes e a comunidade.

É nossa intenção aprofundar e valorizar o conhecimento que temos sobre outras vertentes patrimoniais e o futuro Centro de Investigação do Património Cultural de Palmela constituir-se-á como um excelente contributo para esse desígnio. Este Centro será instalado no antigo edifício da GNR de Palmela, tendo sido aprovado o projeto de execução.

A fim de garantir o acesso a informação, melhores condições de trabalho e de visitação, o Município procedeu ao reforço do sinal wi-fi no Centro Histórico de Palmela e ao seu alargamento à zona do Miradouro e à Serra do Louro, no âmbito de uma candidatura ao programa "Valorizar", do Turismo de Portugal, e viu aprovada a candidatura ao programa europeu "Wi-fi4EU", que garantirá rede wi-fi, de acesso gratuito, em vários espaços públicos de Poceirão e Marateca.

Ainda no Centro Histórico, concluiu-se o projeto de execução e especialidades para acessibilidades no Castelo, no âmbito do projeto PRARRÁBIDA – CAFA – Castelos e Fortalezas da Arrábida, e acompanhou-se, em permanência, os trabalhos em curso no âmbito da "Intervenção de natureza estrutural para evitar derrocadas nas Encostas do Castelo de Palmela".

A participação é um dos pilares da política prosseguida pelo Município e, depois da apresentação de resultados do processo "Eu Participo!" dois mil e dezoito, em dezembro, iniciámos o ano com uma nova campanha que abrange, de forma transversal, todas as suas áreas de atuação, incluindo a comunicação interna. Além da campanha promocional, que pretende dar rosto à comunidade e arrancou com a Semana dedicada à Freguesia de Marateca – no âmbito da qual desenvolvemos um profícuo trabalho de parceria com o Executivo da Junta e a comunidade local, para a prossecução de várias obras e projetos – demos início ao projeto "Conheces a tua Organização?" (proposto através da "Caixa de Ideias"), realizámos duas reuniões gerais com as/os trabalhadoras/es municipais e alinhámos este propósito com uma nova estratégia de comunicação interna, onde a reformulação gráfica e editorial do boletim interno "Por Dentro" assumiu um especial papel.

Junto das crianças das nossas escolas, celebrámos o 29.º Aniversário da Convenção sobre os Direitos das Crianças e o 70.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, demos continuidade às oficinas "Eu Participo!" com as vinte e uma turmas integrantes e participámos numa assembleia na EB Águas de Moura. Permitam-me que destaque, também, a aprovação de um protocolo de cooperação com a Escola Superior de Educação de Lisboa, com vista ao desenvolvimento de ações de formação e sensibilização para estas temáticas.

Entretanto, o ano letivo continua a decorrer e, com ele, projetos como o "Aprender a Nadar", cujo segundo curso conta com a participação de trezentos e treze alunas/os, ou a 25.ª edição do "Fantasiarte". Das intervenções de beneficiação realizadas, destacam-se a requalificação do logradouro do 1.º ciclo da EB Salgueiro Maia, a conclusão da primeira fase da requalificação do logradouro da EB Cajados, relativa ao pré-escolar, a colocação de uma lona no telheiro da EB Olhos de Água 2 e a colocação de estores nos refeitórios das EB António Matos Fortuna e Alberto Valente.

Foi, também, neste período que se aprovou o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo e que decorreu o período de candidaturas, encontrando-se, no momento, em análise para concessão de benefícios relativos ao presente ano letivo.

O Regulamento Interno Municipal de Prevenção e Controlo de Alcoolemia foi, igualmente, aprovado, constituindo-se como documento orientador de uma ação de prevenção, assistência e combate ao consumo excessivo de álcool. A sua construção contou com contributos das/os dirigentes, organizações representativas das/os trabalhadoras/es e a Autoridade para as Condições do Trabalho, e a sua aplicação está a ser precedida de ações de sensibilização para todo o público interno.

Além do combate ao consumo excessivo de álcool, a alimentação saudável foi outro dos temas em foco, no que respeita à vida interna da organização, com várias iniciativas de informação e sensibilização, no âmbito da campanha "Cuidar de Nós". Também os fumos e vapores perigosos em meio laboral foram alvo de atenção, com a realização de um rastreio junto das equipas que poderão estar expostas, na sua atividade.

Na área social, o Município viu aprovada mais uma candidatura a fundos comunitários, relativa ao projeto intermunicipal PRIA – Percursos em Rede para a Inclusão Ativa, que permitirá a implementação de ações com vista ao envelhecimento ativo, saúde, inclusão social e combate ao isolamento. Estes serão alguns dos objetivos presentes, igualmente, no projeto de Requalificação do Monte do Francisquinho, desenvolvido neste período, e que será um verdadeiro "ninho" de respostas sociais, na área da pessoa idosa, mas não só.

A inclusão através da Arte é o objetivo maior do Festival ExpressArte, iniciativa da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, que o Município voltou a apoiar e a acolher, na sua XIX edição, registando-se cerca de seis centenas de espetadoras/es nos espetáculos de dança, música e teatro.

"Como criar um ecossistema favorável ao Investimento Social?" Foi o tema em debate no X Fórum Social de Palmela, realizado em novembro, numa iniciativa da Rede Social, que resultou num debate muito pertinente em torno das fontes de financiamento e da necessidade urgente de mais investimento e de uma atenção redobrada ao setor.

A inauguração do Monumento ao Dador de Sangue, em janeiro, numa rotunda da Avenida dos Ferroviários, em Pinhal Novo, veio reconhecer, publicamente, o importante papel das Associações de Dadores de Sangue do concelho e, pela sua qualidade estética, no campo da arte urbana, constituiu-se, paralelamente, como um marco no atual momento de intervenção no espaço público. Para aquela zona, em expansão, o Município

adjudicou a empreitada da Rua do Assentador, com prolongamento da rotunda, e também para Pinhal Novo, foram adjudicadas as empreitadas de reabilitação dos logradouros das ruas 25 de Abril e Infante D. Henrique, atualmente em curso, e de remodelação do Jardim José Maria dos Santos e da Praceta João Coelho Possante, encontrando-se diversos outros projetos relacionados com a qualificação do espaço público e consolidação da malha urbana em preparação e/ou aprovação.

No Aceiro do Marcolino, deu-se início à empreitada de prolongamento da rede de águas residuais domésticas e pluviais, tendo sido já adjudicada a pavimentação desta via. No que respeita a águas de abastecimento, iniciou-se a ampliação e remodelação da rede no Bairro dos Marinheiros e na Rua António Roldão, em Poceirão.

A construção do passeio entre o Centro de Saúde de Palmela e o Cemitério encontra-se em fase de conclusão, garantindo mais segurança e conforto na realização daquele percurso, e foi concluída a pavimentação da Rua das Laranjeiras, no Bairro Assunção Piedade, em Quinta do Anjo, bem como a repavimentação de mais um troço da EM 533. Continuam, entretanto, os trabalhos relacionados com o projeto intermunicipal HUB 10 – Plataforma Humanizada de Conexão Territorial, que estão a dignificar a entrada poente no concelho.

Num outro objetivo de propósito intermunicipal – a construção da Rede Ciclável da Península de Setúbal, denominada CICLOP 7 – encontra-se em fase de conclusão a segunda fase da Ecopista de Pinhal Novo, com ligação ao concelho do Montijo, e estão a decorrer os trabalhos de construção da Ciclovia de Quinta do Anjo.

Permitam-me, ainda, sublinhar o imenso esforço das nossas brigadas, que apesar de limitadas em número de recursos humanos disponíveis, assumiram centenas de intervenções em todo o concelho, da reparação de vias à limpeza de bermas e valetas, entre outras.

Num momento em que se preparam os projetos para implementação de energias renováveis e sistema de gestão eficiente de energia para equipamentos públicos municipais, a iluminação dos edifícios de serviços está, já, a ser substituída por tecnologia LED, mais eficiente e amiga do ambiente. Um esforço que tem sido acompanhado por investimento na iluminação pública. Nos meses a que se reporta o presente documento, foi remodelada a iluminação decorativa do Largo de S. João e colocada nova junto da Biblioteca, e o Espaço de Jogo e Recreio da Terra do Pão ganhou uma nova solução de iluminação. No Cemitério de Águas de Moura, a opção passou pela instalação de quatro candeeiros LED alimentados com energia solar.

O ano de dois mil e dezoito fechou com o registo de cerca de cinquenta mil toneladas de resíduos recolhidos – o maior volume da última década, com uma média mensal de três mil setecentos e quarenta e seis toneladas. O equipamento adquirido para auxiliar a limpeza urbana, a instalação de novas papeleiras e dispensadores de sacos para dejetos caninos, o reforço de circuitos e de fiscalização e a campanha de comunicação sobre abandono ilegal de resíduos contribuíram para melhorias significativas nesta área de trabalho que, não obstante, continuará a ser alvo de novos investimentos e ações de sensibilização, para uma nova consciência cívica.

Consciência cívica e ecológica são valores que pretendemos transmitir às crianças das nossas escolas e que estão bem patentes nas comemorações do Dia da Floresta Autóctone, no âmbito das quais foram convidadas a plantar quatro dezenas de árvores em espaço público. Também em espaço público - Quinta da Asseca (Palmela), Cabanas e Pinhal Novo - o Município instalou três abrigos para gatos, continuando em vigor a campanha de captura, esterilização, desparasitação e devolução dos gatos às suas colónias.

No período a que reporta o presente relatório, decorreu o período de apresentação de candidaturas, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo, encontrando-se em análise. O projeto para a requalificação do Centro Comunitário de Águas de Moura foi entregue e o procedimento para a requalificação do antigo Polidesportivo de Poceirão está a decorrer – duas intervenções que vêm aumentar a rede de equipamentos municipais, conferindo-lhe qualidade acrescida.

No período de férias letivas do Natal, o Município, a Palmela Desporto E.M. e a DançArte promoveram mais um conjunto de iniciativas lúdicas e educativas para ocupação saudável dos tempos livres, com propostas em áreas como cultura, dança, património, desporto, voluntariado e associativismo.

Com o mês da Juventude "Março a Partir" à porta, os últimos meses foram, já, de intenso trabalho de preparação e partilha entre o Município e as associações juvenis e grupos informais de jovens, com vista à construção do programa e preparação do Concurso de Bandas Amadoras/Warm Up "Março a Partir".

Estamos, definitivamente, num momento de intensa atividade em todos os domínios, que continuará em crescendo nos próximos meses, com o avanço de uma importante campanha de obras que já está no terreno, iniciativas de âmbito cultural, desportivo, turístico e económico com grande impacto na comunidade e o convite irresistível das festas e comemorações, que nos convidam a regressar à rua e a (con)viver no nosso centro do mundo – o Concelho de Palmela."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. membros da Assembleia, alguma questão ao Sr. Presidente da Câmara?

Tem a palavra o Sr. Membro da Assembleia Jorge Freitas."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Boa noite a todos, aproveito para cumprimentar todos na pessoa da Sra. Presidente.

Sr. Presidente, em relação ao relatório trimestral a Bancada fez a análise que lhe competia ao documento e temos aqui umas perguntas sintéticas que também certamente irão obter respostas sintéticas.

A primeira pergunta é em relação a Defesa da Floresta contra Incêndios e uma vez que é um assunto na ordem do dia, inclusive as notícias recentes dos relatórios dos incêndios de dois mil e dezassete, nós não vemos plasmado neste relatório qualquer atividade sobre a gestão da faixa de combustível das vias de comunicação da responsabilidade da Câmara. A nossa preocupação é, efetivamente, saber o que é que está a ser feito neste sentido e qual é que é o ponto de situação em relação a este assunto.

Outro assunto, reabilitação do Centro Histórico da Vila de Palmela, já foi aqui abordado o Sr. Presidente sobre este assunto que é a rede Wi-Fi do Centro Histórico, em que a existe aqui uma menção ao alargamento da área de cobertura, no entanto nós verificamos na utilização diária que lamenta-se a falta de consolidação técnica da utilização da própria rede Wi-Fi dentro do próprio Centro Histórico. Ou seja não compreendemos a necessidade de alastrar, em tipo mancha de óleo, uma rede que, efetivamente, no fulcro não funciona devidamente. Gostaríamos de saber qual é que é a situação técnica que neste momento a Câmara propõe, ou está a desenvolver, para a melhoria desse serviço.

Outra questão meramente pontual, e é só de ortografia, abastecimento de água. No quadro técnico relativamente à página quarenta e oito, em relação às estações elevatórias e depuradoras do Poceirão/ Marateca, pelas contas que fizemos não serão quinhentos e cinquenta e dois metros cúbicos relativamente a novembro e dezembro, mas serão cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta. Pedia que aferisse junto dos dados e que se fizesse a devida correção, é um número anormalmente baixo por isso despertou a atenção. Registou Sr. Presidente? Onde estão quinhentos e cinquenta, não serão, serão cinquenta e cinco mil."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Quinhentos, cinquenta e dois cinquenta?"

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Pelas minhas contas sim. É um problema de preciosismo, é da vírgula, mas que faz toda a diferença.

Resíduos sólidos página cinquenta, nos dados aqui apresentados não vemos nenhuma menção a um facto muito importante devido aos produtos ou subprodutos que são utilizados que é sobre os pilhões, ou seja, nós entendemos que também as pilhas e baterias deveriam ser consideradas como um resíduo a tratar e

que o relatório não tem dados, apesar de não serem quantidades expressivas em relação aos outros resíduos mas, certamente, o impacto que tem mereça uma alusão no presente relatório.

Limpeza urbana, no que diz respeito à monda química a Bancada do Partido Socialista gostaria de ver uma inversão e o paradigma para deixar de ser utilizada a monda química e que existisse um compromisso da Câmara de Palmela em deixar de usar produtos à base de glifosatos. Como é público um assunto que também está muito discutido no presente e à semelhança de inversão que fizemos de outros assuntos também este gostaríamos de vê-lo tido como importante.

Na página sessenta, em relação ao Museu Municipal, que pelas minhas origens é um assunto que me é querido que é o Museu Museológico Ferroviário, existe aqui a afirmação *"Foi concluído o projeto interno para a instalação do Museu Ferroviário de Pinhal Novo*". Aquilo que a Bancada do Partido Socialista pergunta é em que ponto de situação este museu se encontra relativamente ao seu desenvolvimento, implementação e as próprias instalações.

Relativamente à mobilidade, em novembro houve um Conselho Mobilidade em que foi afirmado, e já foi abordado aqui este tema hoje, que em fevereiro iria ser determinado qual o cenário, um ou dois, que a AML- Área Metropolitana de Lisboa iria determinar para o futuro da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa. A pergunta é simples, é se já existe essa definição e qual é que será e quais são as expectativas para os munícipes de Palmela em relação à decisão governamental a partir de abril?

Finalmente, Sr. Presidente, um assunto que foi discutido precisamente há um ano, é a nossa estranheza na análise à execução orçamental como é que ainda em dois mil e dezanove não houve cobrança de IMI e já existe uma receita na ordem dos duzentos e trinta e três mil euros, aqui como proveitos. Qual é a interpretação para este valor em janeiro de dois mil e dezanove?

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Membro da Assembleia.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão que queiram colocar ao Sr. Presidente?

Tem a palavra a bancada da CDU, Cristina Moura, por favor."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite, mais uma vez, era só pegar nalgumas palavras que foram ditas pela Bancada do PS relativamente ao uso do glifosato em espaço público. Atualmente já existe uma alternativa que é à base de um produto vegetal, que é o ácido pelargónico, que já pode ter os mesmos efeitos de monda química sem o uso do glifosato, atualmente já existe essa possibilidade para além da monda térmica que também é perfeitamente viável e é uma alternativa mais que injusta.

Outra questão era mais uma recomendação, que era a utilização de palhetas de madeira nas máquinas de café. Atualmente o mercado está consciente do problema, mas a alternativa ainda não é a desejável. Isto é, enquanto as palhetas de plástico são facultadas em conjuntos individuais, de cinquenta ou de vinte, as palhetas de madeira ainda não o que dificulta um bocadinho, às vezes, a aquisição que tem que ser em quantidades enormes e às vezes isso pode trazer algumas dificuldades na aceitação dessa alternativa ao nível do pequeno comércio mas, se calhar, a nível municipal poderia ser uma solução a considerar.

Obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Tem a palavra agora o PSD/CDS, Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Verificou-se a colocação de contentores seletivos por parte da AMARSUL junto aos contentores já existentes, até nos congratulamos com isso, só que agora uns estão no r/c outros estão no primeiro andar. Dado, às vezes, em situações de vento e tudo mais esses contentores nalgumas urbanizações têm o perigo de vir para a estrada e eu aí penso que a autarquia com o tempo irá fazer a devida correção e alocação como estão os outros, não é? É uma questão que estou a colocar ao Sr. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

Srs. Membros da Assembleia, mais alguma questão?

Sr. Presidente, agora para uma resposta que peço mesmo que seja breve."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Caro Jorge Freitas, eu recordo que este relatório é entre novembro e janeiro e o Gabinete Intermunicipal da Arrábida e o Serviço Municipal trabalha todo o ano, mas esta questão do Plano da Floresta contra Incêndios para já dar-lhe nota que há nova legislação. Relativamente àquilo que aconteceu o ano passado já começamos a campanha e já começámos no terreno, mas começámos a partir de janeiro, com a GNR a identificar e a revisitar os espaços que habitualmente são problemáticos e que já se apresentam de novo com vegetação, e esse é o primeiro trabalho que é feito é essa a orientação, aliás até recebemos do próprio ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, curiosamente, até coisas de perímetros urbanos com mapa para irmos verificar, e até dia quinze os proprietários estão, naturalmente, a ser avisados para. Por outro lado, no que diz respeito ao trabalho do município, se verificar na parte da rede viária cá atrás, nós estamos a fazer desmatação de bermas nos nossos caminhos municipais e quanto ao Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios ele é aprovado em abril e é a partir daí que começam os trabalhos e aí é definido quais são os arruamentos em particular na serra, Barris, etc., que têm de ter um tratamento de acordo com aquilo que está estipulado. Curiosamente o que está estipulado está a criar aí muitas apreensões a várias autarquias, e serviços, e Infraestruturas de Portugal, por exemplo, as Infraestruturas de Portugal será que em torno da linha do caminho-de-ferro abateu os sobreiros todos? Sabe quantos metros está definido ou tirou as canas, não tirou às vezes, até vêm pedir ao município para o fazer. Nós temos reunião no dia onze de março com Sr. Comandante Distrital, uma reunião extraordinária da Comissão Municipal de Proteção Civil, para definirmos a estratégia e a partir de quinze de março serão visíveis, quer por parte dos proprietários, quer do próprio município, algumas ações. Mas atenção que grande parte deste trabalho começa habitualmente a ser feito em abril, para além daquele que é feito regularmente, capinar bermas ou aplicar mondas, também nalguns troços isso foi feito como medida preventiva. Agora cortar dez metros para além da berma da estrada municipal é completamente impossível, nós não entramos nas propriedades privadas, etc., etc. Há quem confunda, às vezes, um bocadinho, aquilo que é para a floresta com aquilo que é para as estradas municipais, os perímetros urbanos ou os aglomerados urbanos mas, de facto, vai poder ver esse trabalho, se calhar a partir do próximo relatório já terá alguma informação.

Wi-Fi do Centro Histórico, o trabalho não está concluído, mas o concurso diz mesmo "reforço e alargamento", está a ser feito, o alargamento não ainda não está concluída à Serra do Louro por causa da localização dos *hotspots* porque, como deve calcular, os *hotspots* metidos nos cubos ou noutro sítio qualquer não devem de lá ficar muito tempo, nós estamos a falar com particulares para deixarem instalar nas suas propriedades, no moinho, aqui, acolá e, também, em Palmela o que está a acontecer até com o trabalho é que estamos já a fazer *upgrade* para uma tecnologia, quando se fez o concurso e a adjudicação aquilo que foi, digamos, adquirido para montagem era uma determinada tecnologia, felizmente o mercado já tem uma tecnologia superior e é isso que vai ser montado e em breve quando estiver concluída anunciaremos e depois faremos o teste do Wi-Fi, para ver se melhorou ou não melhorou.

A questão da nota das estações elevatórias são pequenos erros/gralhas. Relativamente ao número das pilhas, quero dizer que a AMARSUL é responsável, baterias não é connosco, não isso não, a AMARSUL e os

municípios não têm nada a ver com isso, isso tem outro circuito de recolha e têm outras especificidades, portanto, eles não têm autorização para fazer reciclagem disso, isso é feito por outro caminho, é como os óleos dos carros e outras coisas, até é como os frigoríficos e outras coisas em que nós pagamos o eco valor e o pessoal, os supermercados, os lojistas levam o frigorífico depois trocam, vendem o novo e o outro, metem ao lado do contentor porque, enfim, dá jeito a alguém ficar com o metal e depois fica lá a carcaça a fazer monos e depois a Câmara que vá lá buscar se quiser. Pilhas existem nalguns ecopontos, não é em todos, pilhões um local para as pilhas, a AMARSUL não nos está a dar esse resultado porque estes resultados que aqui vos fornecemos são os resultados que o sistema multimunicipal tem que fornecer aos municípios, passaremos a fazer mais essa insistência.

Núcleo Museológico Ferroviário assim é, aliás está em concurso, abertura das propostas dia sete, e a primeira grande intervenção física no espaço tem que ver com a colocação de vedação em vidro na zona do antigo alpendre sobre a estação tudo em torno que é a zona que vai ser visitável, essa é a primeira medida, uma questão de segurança, porque de outra forma quem for ver os azulejos da faiança Battistini em torno da estação, que é uma das suas principais riquezas, também, ou para expor peças como está previsto, não é só no átrio antigo estação que ainda por cima encolheu, é também nessa zona, essa zona tem que ser protegida. Foi aprovado com pareceres das Infraestruturas de Portugal, aquilo que para ali temos é essencialmente em vidro, é a rampa por causa das acessibilidades ao espaço, é um primeiro investimento de trinta mil euros. Entretanto temos trabalho interno, estamos a preparar as exposições, estamos a preparar os espólios e temos, também, intenção de fazer um outro investimento, também na ordem dos trinta mil euros, que é mais de natureza tecnológica porque nós queremos que aquilo seja um museu vivo e interativo em que cada ferroviário, cada familiar, cada pessoa ligada à área, possa alimentar com informação o Museu, à semelhança do que existe noutros pontos do mundo. As cartas estão aqui, clarinhas na mesa, não lhe consigo dizer é quando é que é inaugurado, embora um jornal já me tenha perguntado e eu para não arriscar muito disse, lá para a altura do Dia da Restauração do Concelho, mas já me vieram perguntar se não havia uma data antes, isto das obras é muito complicado.

Cenários da mobilidade, é importante partilhar esta informação Sra. Presidente porque esta questão está na ordem do dia. Eu hoje estive no Conselho Metropolitano, há uma reunião extraordinária no dia seis, nós conhecemos os dois primeiros cenários, o cenário que é aquilo que está com ligeiríssimas afinações, o cenário moderado que é aquele que o município prefere que já grande parte dos troços que são aqueles que a população sempre falou, Estação de Palmela, Aires, Penalva, Quinta do Anjo, ligação, bairros, o transporte flexível, o nosso estudo foi de grande relevância e valia para o concurso da AML. O que vai ser apresentado no dia no dia seis é o cenário três, que é o cenário expansivo, mas o cenário expansivo custa trinta e sete milhões, ora se o Governo não dá mais, eu acho que temos que ir devagar porque a gente não sabe o que é que isto vai dar. Aliás, hoje ninguém sabia: *então e a partir de dia um até a partir de um tudo bem os passes carregam aqui, carregam acolá*, claro carregam onde sempre carregaram, vão é pagar mais barato, ótimo. O município já está a pagar desde janeiro a sua comparticipação de um milhão duzentos e oitenta mil euros para que isto funcione, nós já estamos a pagar. Hoje foi uma confusão porque relativamente aos transportes escolares, *mas quem paga e depois como é que a Câmara recebe e para onde é que mandamos a lista e como é que é*. É um processo complexo, as coisas estão a ser feitas com grande coordenação, articulação e bom senso e consenso, entre todos os municípios o trabalho, e desculpe aqui tenho que dizer isto, desenvolvido pelo Primeiro Secretário Metropolitano nesta matéria, o Carlos Humberto, é de uma dedicação e de uma competência extrema reconhecida por todos como hoje foi dito, agora há aqui ainda coisas para serem publicadas pelo Governo, em Diário da República, para se poder constituir a empresa da AML, mas a primeira prioridade é o cidadão não ser defraudado e no dia um de abril poder ir recarregar o seu passe e pagar aquilo que tiver que pagar, mas pagar menos. Discutimos, também, já agora dou esta informação, a criação do "navegante doze", até doze anos inclusive será grátis, vai haver um intermunicipal de mais sessenta e cinco, vinte euros. Depois há outras questões que ainda estão a ser discutidas, nós o que o que nos interessava aqui para o nosso concelho é que quer os TST, quer mesmo os TCB, estão de novo disponíveis como já estavam há quatro anos para, eventualmente, fazer algumas coisas aqui na franja com Quinta do Anjo quisessem experimentar já antes do concurso que só produz efeitos lá para janeiro de dois mil e vinte, eu espero que daqui a um ano que já haja, senão ficamos todos, todos, todos, muito mal vistos. Para já estamos a pagar e outra coisa positiva é que alguns receios relativamente ao afastamento de alguns operadores que não quereriam, queriam mais, queriam menos, a FERTAGUS está segura, todos estão

seguros, só o Metro Sul do Tejo, que é uma coisa muito específica, para já aquilo é um buraco sem fundo, desculpe o termo, segundo serve ali dois concelhos e há de haver ali outra modalidade para os integrar no passe. Lá mais para a frente faremos as contas se aquilo que estamos a pagar beneficia assim tanto os nossos munícipes ou não, porque o que é expectável é que haja mais gente a utilizar transporte público, mas também se não houver mais oferta o pessoal vai ao colo uns dos outros na FERTAGUS ou noutro sítio qualquer.

Sobre a questão do IMI, qual é o meu comentário? Qual é o seu? Então o ano passado também tivemos IMI em janeiro, temos IMI todos os meses, já expliquei mais do que uma vez que o IMI que aparece fora dos meses habituais tradicionais da cobrança tem que ver com cobranças em atraso e pagamentos de anos anteriores. O ano passado tivemos cento e cinquenta e nove mil, agora tivemos duzentos e tal mil, qual é o seu comentário é que vamos receber muito mais IMI do que aquele que temos no orçamento? Olhe que as coisas têm estado ela por ela e oxalá que recebamos mais, que é para o ano podemos baixar mais.

Cristina Moura, esta questão, começámos com isto podíamos ter começado e queremos começar com outras coisas, queremos começar por induzir nos nossos eventos, nos eventos dos nossos parceiros, esta transformação que é possível mas que, também, tem que ser feita com parcimónia nalgumas fases. O que sabemos, recentemente mandei para o Gabinete do Ambiente, mas não só, a disponibilidade de algumas empresas que querem apresentar soluções desta natureza, etc., nós cá não temos grandes máquinas de café a não ser duas ou três que estão para aí concessionadas aos serviços sociais, mas procuraremos agora, isto é uma questão de cidadania, temos todos que procurar alterar estes hábitos, não bebam pela palhinha, cortem o bico ao *tetra pack* e despejem num copo ou então bebam diretamente pelo *tetra pack.*

Contentores da AMARSUL, resguardos, em primeiro lugar dizer que ao nosso concelho ainda só chegou para aí cinco por cento dos contentores, vêm aí muitos, infelizmente não é aquilo que nós queríamos, mas que venham para algumas localidades. Eles escolheram as localidades que produzem mais resíduos mas que, mesmo assim, pelo número da população e por aquilo que veem nos resíduos sólidos urbanos misturado que ainda têm que fazer muito mais na reciclagem. É nas zonas mais densas que vão colocar, aquilo cria-nos problemas de perda de estacionamento, de espaço público, de mobilidade nos passeios, e tem sido uma coisa muito discutida ali quase metro a metro com a AMARSUL e, por isso, lá para maio é que deverá vir aí uma grande avalanche, mas está garantida depois a construção das respetivas gares e dos respetivos resguardos.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Andreia Bento da CDU** ausentou-se da sala pelas 23:18 horas

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos passar então ao ponto seguinte depois da informação do Sr. Presidente da Câmara, volto a dar a palavra ao Sr. Presidente só para uma apresentação sumária da proposta."

PONTO DOIS – Retificação da Proposta DEIS 01_24-18 - Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Procurarei ser breve, trata-se de uma Retificação ao nosso Regulamento das Bolsas de Estudo porque no artigo oitavo, nas condições de admissão, trata-se da retificação do texto regulamentar porque o que se pretendia efetivamente dizer é que se for detentor de outro tipo de apoio financeiro isso, naturalmente, poderia ser motivo de exclusão, mas a forma como estava redigida apontava para outra interpretação

completamente contraditória. É uma retificação muito simples, está tudo preparado para ir para Diário da República, esta retificação não prejudica o processo, o processo está neste momento em análise e até vos posso dizer o número de candidaturas que entraram e trata-se de retificar para não haver aqui outras interpretações.

É, de facto, um erro material porque quer aquilo que discutimos na reunião de Câmara e aqui, o espírito é precisamente esse. Na prática é eliminar na alínea d) do ponto um do artigo oito, a expressão "*ser detentor ou detentora de outro tipo de apoio financeiro desde que o somatório não ultrapasse o montante correspondente ao valor estipulado pelo município para o ano de ensino em que se encontre.*" é isto, porque logo no ponto um já diz "*que não sejam detentores*" isto tinha aqui uma contradição."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Muito bem, alguma questão Sras. e Srs. Membros da Assembleia sobre esta proposta de retificação que agora aqui vem?

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (catorze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

A **Sra. Andreia Bento da CDU** retomou participação nos trabalhos pelas 23:22 horas

PONTO TRÊS – Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Palmela

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia a próxima proposta, que é a última, é uma proposta da responsabilidade da Assembleia e trata da apresentação do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

Eu não vou ler a proposta, obviamente, ela é explícita, apenas esclarecer que o regulamento que ora se apresenta é um regulamento, aquilo que se pode considerar o regulamento base, aliás, foi analisado pela própria Associação Nacional de Municípios e interpretado, eesta solução parece ser uma solução simples, obviamente respeita a lei.

Entretanto a lei já tem alguns anos, não foi alterada em determinados aspetos e embora tivesse tido uma alteração ou seja a primeira lei é de mil novecentos e noventa e oito e depois foi alterada em dois mil e quinze, no entanto mantiveram-se alguns aspetos de instituições indicadas na lei que hoje não existem, nomeadamente, está expresso aqui na nossa proposta em concreto o Projeto Vida. O que nós fizemos aqui foi adaptar procurando a instituição que no presente mais, ou melhor, pode representar a área de intervenção em que o Projeto Vida se operava, digamos assim, se situava, e, nesse sentido, apresentamos o Centro de Respostas Integradas da Península de Setúbal, que tem a sigla CRI.

O conjunto da proposta que aqui é apresentada responde diretamente ao que está estipulado na lei, o outro aspeto que nos cabe especificamente, não é, e onde nós temos aqui um papel de escolha, digamos, é na apresentação do conjunto de cidadãos de reconhecida idoneidade como define a lei na alínea j), do artigo quinze, e aqui nós temos a possibilidade de indicar até vinte elementos de acordo com a lei.

Em reunião da Comissão de Líderes, pareceu-nos que tendo em conta o conjunto de instituições que já integram por definição, isto é por lei, este Conselho achámos que não devíamos aproximar-nos desse

número limite dos vinte cidadãos e pareceu-nos razoável que cinco cidadãos poderia ser um número que ajudaria o concelho a funcionar.

Nesse sentido, os cinco cidadãos que aqui estão apresentados são, na generalidade, conhecidos, não direi de todos mas de muitos de nós, e provêm de áreas diferentes mas todos eles, cidadãos, de uma forma ou de outra com relação com o tema da segurança.

Esta primeira pessoa a Dra. Paula Almeida, é uma técnica da Autoridade Nacional de Proteção Civil, com competências absolutamente credenciadas em matéria de segurança, o segundo nome, o Professor Tilak Viegas, já esteve connosco, em Assembleia, , é professor universitário, em áreas ligadas a estes temas também, e para além de ser membro de uma associação de proprietários aqui no nosso território, nomeadamente na zona de Vale de Barris e Alcube, é esse o nome da associação, está ligado a associações de defesa, proteção da floresta, das zonas verdes, etc., também com a intervenção num outro sentido nas áreas da segurança. O terceiro nome, Octávio Machado, eu penso que dispensa apresentações, neste momento, é a o mais antigo Presidente em funções nas associações de bombeiros do nosso concelho, para além da sua ligação ao tema da Proteção Civil em sentido mais lato. Os dois últimos nomes, Luís Rosa é um ex-Comandante dos Bombeiros de Águas de Moura, para além de que profissionalmente trata-se de uma pessoa que também teve o seu percurso profissional ligado às áreas da segurança em funções muito específicas, nomeadamente em estabelecimento prisional. O último nome é uma pessoa responsável, por acaso não sei se condição é Presidente, pelo Centro Jovem Tejo que, como quase todos saberão, trata-se duma instituição que intervém no âmbito das dependências e situa-se no nosso concelho, embora com uma intervenção de âmbito nacional, está aqui mas tem uma intervenção de âmbito nacional.

Estas cinco pessoas de uma forma, ou de outra, pareceu-nos que integram e respondem a dimensões da segurança que podem ser úteis e interessantes integrar num Conselho deste tipo. É neste sentido que fazemos a nossa apresentação e proposta, já agora dizer só que no caso das instituições em que se designa apenas representantes das entidades e organizações que intervenham no âmbito tal, nós aí fazemos a nossa escolha é assim que identificamos, por exemplo, a CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

Há uma indicação, a última alínea está em branco porque nós não conseguimos ainda, diz apenas foi sugerido um elemento mas, na verdade ainda não existe o elemento concreto. Eu tenho conversado com o Sr. Presidente da Câmara sobre este assunto, não há ideias muito claras sobre quem é hoje a organização, a instituição, que pode ter este papel porque uma parte eventual dos temas abordados nesta área, das organizações no âmbito da segurança rodoviária, é tratada pela própria força de segurança com o tratamento dos números, apresentação dos dados, etc. À falta de melhor solução a minha proposta é que nós não indiquemos, não há uma proposta concreta para este nome, e que no âmbito do próprio Conselho se defina quem é, já com o contributo da GNR e das demais instituições, quem deve ser a entidade eventualmente a convidar para integrar este outro lugar.

Para terminar, dizer só que caso a Assembleia aprove a proposta, obviamente, deveremos dar posse ao Conselho assim que acharmos oportuno, eu acho que a próxima reunião, que em princípio será extraordinária, serviria perfeitamente para esse tema lá para o final de março e, finalmente, esse Conselho então, eleito e em funções, vai apreciar definitivamente este regulamento, que no momento é apenas um projeto de regulamento, e o Conselho vai apreciá-lo e valida e nós aprovamo-lo definitivamente ou aprovamos com as alterações que o Conselho entender submeter-nos.

Era isto que queria dizer, não sei se há mais alguma intervenção que os Srs. Membros da Assembleia queiram fazer?

Por favor."

O **Sr. José Carlos de Sousa do PS:**

"Muito obrigada, Sra. Presidente.

De uma forma simples, disse aquilo que se passou na construção deste Conselho. Eu dá-me ideia que, contudo, e a questão dos cinco elementos quando se fala na alínea j) que são os seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade, embora nós apontemos para estes cinco nada impede a que o Conselho não aponte

outros, mas parece-nos que os Conselhos quando tendem a ter muita gente acaba por haver aqui alguma dificuldade de inserção até das matérias.

Relativamente à alínea l), a ANSR - Agência Nacional de Segurança Rodoviária, deveria ser a entidade que nós contactaríamos, eu não sei é se é uma agência que é centralizada se tem alguma delegação regional, e as dúvidas residem aí mas o Conselho terá com certeza depois tempo para ver como as coisas estão organizadas em termos a ANSR e tentar de alguma maneira que se possa ter aqui, também, alguém dessa agência, sendo que a GNR no nosso caso poderá fazer esse papel.

É só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"A minha interpretação foi um bocadinho por defeito, mas é verdade lendo isto com instituições com intervenção no âmbito do concelho, não sei, mas é evidente que há outras, há as regionais, as regionais, por exemplo, não houve dúvidas, nós no caso não temos representações dos sindicatos aqui no concelho, mas existe na região uma União de Sindicatos, no caso das associações patronais, existe para a região uma associação empresarial, etc., no caso de uma entidade de que tem apenas representação nacional, não sei, mas, pronto, acho que é isso mesmo o Conselho que resolva, digamos assim. Fica em aberto e sim, é como diz, até ao limite daquilo que a lei prevê que são os tais vinte cidadãos, se o Conselho considerar que há vantagens em acrescentar nomes, naturalmente, terá a liberdade para o fazer e cá estaremos nós para apreciar.

Se não houver outras questões, votamos esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com trinta e um votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e dois do BE).

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e trinta e três minutos do dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete